



GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



**13ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE
SAÚDE, SANEAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO DE RESÍDUOS**

31 de maio de 2005

Centre/Ibama
Brasília/DF

(Transcrição *ipsis verbis*)

1 **Eleonora Galvarros Bueno Ribeiro - CONAMA – CONAMA**

2
3 Bom-dia a todos. Para quem não me conhece, eu sou Eleonora, sou Diretora Adjunta do Conselho pela Secretaria
4 Executiva do Ministério. Estamos dando abertura à 13ª Reunião da Câmara Técnica de Saúde, Saneamento
5 Ambiental e Gestão Ambiental de Resíduos, que nesta parte da manhã vai se deter à instalação da nova
6 composição da Câmara Técnica para o biênio 2005/2007. Gostaria de informar aos senhores que a Coordenação
7 da Câmara Técnica se dá pela Secretaria Executiva, de acordo com o § 1º do art. 24 do Regimento Interno,
8 fazendo a seguir a apresentação dos componentes da Câmara. Conforme eleição realizada, participam da Câmara
9 Técnica representantes da ABES, da APROMAC, da CNI, da ANAMMA, do Governo de Minas Gerais, do Governo
10 de São Paulo e Ministério das Cidades. Encontram-se presentes o Doutor Bertoldo Silva Costa, Doutora Zuleica
11 Nycz, Doutor Alexandre Valadares Mello, Doutor Cláudio Darwin Alonso, e do Ministério das Cidades, Doutor
12 Sérgio Antônio Gonçalves. Conforme consta da pauta, a eleição do Presidente se dá pela manifestação
13 espontânea de apresentação das candidaturas. Passo então a palavra aos Conselheiros presentes que queiram se
14 manifestar. Representante do Ministério das cidades com a palavra.

15
16 **Sérgio Antônio Gonçalves – Ministério das Cidades**

17
18 Bom-dia aos Conselheiros e a todos os presentes. Neste primeiro momento eu gostaria de manifestar a nossa
19 satisfação em estar mais uma vez reconduzidos a esta Câmara Técnica pela importância e relevância que ela tem
20 para o Ministério e para o Governo. E nós, pelo Ministério, estamos aqui representando o que o Governo Federal
21 traz de políticas para esse setor. E a este tempo, nessa hora de candidaturas e de eleição, eu gostaria de propor
22 aqui a eleição do Bertoldo. Proponho o nome do Bertoldo como Presidente da Câmara Técnica, pela ABES, como
23 também pelo reconhecimento do trabalho que ele tem feito nesses anos, pela concertação que é uma Câmara
24 Técnica, que é tentar fazer com que nós tenhamos o máximo de consenso nos processos, evitando sempre ao
25 máximo qualquer tipo de eleição para que não se saiam nem ganhadores e nem perdedores e sim a construção de
26 um processo. Isso é o que nós temos tido como premissa fundamental quando trabalhamos nesta Câmara
27 Técnica. Todos aqui, com seus posicionamentos legítimos ideológicos e institucionais legítimos, mas numa
28 construção de um processo de uma área importante ambiental para o País. Então, é nessa fala e neste momento
29 de candidaturas e reconhecendo o trabalho que o Bertoldo tem feito, em nome da ABES, que lançamos o nome do
30 Bertoldo para reconduzi-lo como presidente. Obrigado.

31
32 **Eleonora Galvarros Bueno Ribeiro - CONAMA – CONAMA**

33
34 Há alguma consideração? Temos mais membros à exceção do Doutor Bertoldo?

35
36 **Cláudio Darwin Alonso – Governo de São Paulo**

37
38 São Paulo apóia a candidatura.

39
40 **Zuleica Nycz – APROMAC**

41
42 Eu apoio também à reeleição do Doutor Bertoldo.

43
44 **Alexandre Valadares Mello – CNI**

45
46 Também apoiamos a candidatura.

47
48 **Eleonora Galvarros Bueno Ribeiro - CONAMA – CONAMA**

49
50 Antes de passar a palavra para o Doutor Bertoldo, eu gostaria que os senhores formalizassem a indicação nessa
51 cédula de votação que eu distribuí para que constemos do processo o registro. Doutor Bertoldo, com a palavra.
52 Aceita?

53
54 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

55
56 Eu, primeiramente, fico elogiado realmente com a confiança do trabalho depositado, não na minha pessoa, mas
57 num trabalho de equipe que nós sempre conduzimos sem diferenciar a questão de ser Presidente ou ser membro,
58 mas um trabalho em que todos possamos juntos construir um processo junto à Câmara. Então, sendo consenso,
59 eu acho que... Se houvesse uma outra candidatura, eu realmente preferiria a renovação, mas já que é consenso
60 de todos e nós permanecemos com procedimentos como nós vemos colocando, eu fico honrando com o convite.
61 Eu aceito a continuidade desse desafio, mas lembrando que estamos juntos num barco só, trabalhando realmente
62 sempre na busca de construir um consenso, construir uma posição de integração. E a nossa Câmara tem uma

63 história: esta e a 13ª reunião, ou seja, nós fizemos doze reuniões na gestão passada. Eu acho que foi uma das
64 Câmaras que mais atuou em termos de número de reuniões e também trabalhando com resultados e temos
65 conseguido superar muitos desafios. E nós temos um longo desafio também pela frente de matérias importantes, a
66 começar com hoje à tarde sobre a apresentação da proposta à Política Nacional de Resíduos Sólidos. Eu acho
67 que isso tudo nos leva a mostrar que estamos num caminho certo, num caminho de construir algo para este
68 Conselho. Eu acho que nós estamos com uma missão de junto trabalharmos em prol do meio ambiente, trabalhar
69 em prol das questões do compromisso com a prevenção e com responsabilidade. Eu quero deixar a todos a
70 confiança depositada à minha pessoa. Obrigado.

71
72 **Eleonora Galvarros Bueno Ribeiro - CONAMA – CONAMA**

73
74 Parabéns, Doutor Bertoldo. Dando seqüência à nossa pauta, eu já fiz o recolhimento dos votos para o registro no
75 processo, como falei anteriormente. O resultado da apuração é óbvio. Então, eu transfiro a coordenação dos
76 trabalhos para o senhor, para que seja indicado um relator para a Câmara Técnica e sequencialmente a
77 apresentação das matérias que se encontram em tramitação no âmbito desta Câmara. Muito obrigada.

78
79 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

80
81 Essa missão de indicação de relator, eu acho que é uma missão que eu não gostaria de indicar. Eu gostaria de ver
82 se dentre dos membros da Câmara há algum Conselheiro que pudesse junto compartilhar com esse trabalho e
83 tivesse uma disposição também de também para juntos pudéssemos saber se existe algum manifesto de interesse
84 senão eu até uso a prerrogativa, mas de princípio eu gostaria de saber se existe alguma pessoa, algum membro
85 que estaria disposto a colaborar com a Relatoria. Eu acho que a prerrogativa e de estarmos junto.

86
87 **Cláudio Darwin Alonso – Governo de São Paulo**

88
89 São Paulo está na direção de outra Câmara. Então, fica muito difícil. CNI talvez ou a Zuleica.

90
91 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

92
93 Eu posso propor então? Então, eu proponho o Ministério das Cidades, Sérgio? Não?

94
95 **Sérgio Antônio Gonçalves – Ministério das Cidades**

96
97 O Ministério agradece muito, mas até para chegar aqui é difícil.

98
99 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

100
101 Então, a CNI poderia nos ajudar no apoio da Relatoria?

102
103 **Alexandre Valadares Mello – CNI**

104
105 Sim. Eu acho que a CNI poder ficar como relatora.

106
107 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

108
109 Então, ficamos definidos com a CNI na Relatoria desse processo. Eu acho que está bem equilibrado. O próximo
110 item da pauta é a apresentação das matérias que se encontram em trâmite em nível de Câmara Técnica. Eu vou
111 pedir para a nossa assessora, Ruth, fazer para nós a exposição de todas as matérias, que ela fez um amplo
112 levantamento desse assunto, para saber os desafios que nós temos pela frente que com certeza não são poucos.

113
114 **Cláudio Darwin Alonso – Governo de São Paulo**

115
116 Eu não sei se está no *site*, mas nós tivemos muita dificuldade de acessar...

117
118 **Eleonora Galvarros Bueno Ribeiro – CONAMA**

119
120 Nós estamos com o *site* em *pane*. O nosso Servidor está com problema sério, o Servidor do Ministério.

121
122 **Ruth Tabaczinski – CONAMA**

123

124 Bom-dia a todos. Meu nome é Tabaczewski. Sou Assessora Técnica desta Câmara, pelo CONAMA. Nós temos ao
125 todo dez processos em andamento ou pelo menos pautados para a Câmara Técnica. Nós temos esse GT de
126 Pilhas e Baterias, da revisão da Resolução 257. Esse GT está com prazo prorrogado até agosto de 2005, para
127 finalizar as suas atividades. E nós pretendemos que seja marcada reunião o mais breve possível, que isso também
128 foi uma deliberação da última da Câmara Técnica. Talvez, quem sabe, no final desta reunião se marque uma
129 reunião desse GT de Pilhas e Baterias. O segundo processo é este de Regulamentação da Movimentação
130 Interestadual de Resíduos Perigosos. Esse GT foi criado em maio de 2004, na 6ª reunião da Câmara Técnica de
131 Saúde e Saneamento e foi indicado como coordenador o Eleotério, do APROMAC. Esse GT não foi instalado por
132 problemas do coordenador. E nós então agora estamos procurando a substituição desse coordenador, que
133 provavelmente a APROMAC irá indicar até a próxima reunião; até a próxima reunião a APROMAC irá indicar um
134 novo coordenador para que se proceda a instalação do GT e se inicie os trabalhos. O terceiro é de
135 Regulamentação do Uso Agrícola de Lodo. Esse GT já encerrou as suas atividades, e até o dia 10 eles estarão
136 consolidando a versão final que vai ser apresentada à Câmara Técnica de Saúde e Saneamento, durante a 14ª
137 reunião da Câmara Técnica de Saúde e Saneamento. Então, a nossa Câmara só vai poder ser marcada após o dia
138 10, com os prazos devidos para que se possa terminar esse trabalho do GT. O quarto processo é dos
139 pneumáticos, Destinação Ambientalmente Adequada dos Pneumáticos. Esse processo foi apresentado na 12ª
140 reunião, onde a APROMAC e o Ministério das Cidades fizeram pedidos de vistas. E tem um prazo de 30 dias,
141 prorrogável por 15, para que eles apresentem as proposições, as emendas, e provavelmente nós consigamos
142 também pautá-lo para a 14ª reunião da Câmara Técnica. O quinto ainda não é um GT. É sobre Importação de
143 Resíduos Industriais como matéria-prima para fabricação de produtos fornecedores do micro-nutrientes utilizados
144 como insumos agrícolas. Esse processo está com a SQA, para dar o parecer. Então, tão logo a SQA consiga nos
145 fornecer alguma idéia sobre o assunto, nós a pautaremos. E estamos pensando em pautá-lo para a 14ª reunião. O
146 sexto processo é um GT de Licenciamento Simplificado de Estações de Tratamento de Esgoto Sanitário. Este GT
147 tem um coordenador, que é o José Cláudio Junqueira, e já foi acordado na última reunião que ele só realizaria a
148 reunião do GT após a posse dos novos membros da Câmara Técnica. Então, agora nós temos que agendar com
149 ele uma nova data da reunião desse Grupo de Trabalho. Agora, os processos seguintes: 5.7, 5.8, 5.9 e 5.10 estão
150 aguardando a publicação da Lei de Criação da Política Nacional de Resíduos ou para que ele tenha um
151 prosseguimento ou se ele realmente for tratado adequadamente na Política Nacional de Resíduos, encerrar as
152 atividades que são sobre lixo eletrônico, sobre lâmpadas mercuriais ou resíduos que contenham mercúrio,
153 descarte de cartucho de tintas vazios e resíduos de embalagens também. Esses últimos, como eu falei, estão
154 aguardando as definições da Política Nacional de Resíduos Sólidos. São esses os processos.

155 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

156 Depois desse relato da Ruth, temos uma longa atividade pela frente, agenda bem complexa. Eu só gostaria de dar
157 um destaque aqui, que na próxima reunião, a 14ª, que podemos tentar já agendar hoje, se a Ruth tiver alguma
158 proposta de agenda, nós podemos então, pautar o item 5.4, que é relativo aos pneumáticos, onde eles está em
159 processo de vistas. Então, ele obrigatoriamente tem que ser pauta para próxima reunião. Nós também podemos,
160 aguardando a manifestação da APROMAC, pautar a questão do processo de Transporte Interestadual de
161 Resíduos que também a APROMAC até lá vai ter uma posição da recondução da coordenação do GT,
162 compromisso assumido na reunião passada, na 12ª. Também o item Nutrientes, nós estamos no aguardo da
163 manifestação da SQA. Eu não sei se o IBAMA também já se manifestou e se já tem uma posição formada sobre
164 isso. Enquanto à questão do processo relativo a Resíduos Sólidos de Pilhas e Baterias, eu queria ver se
165 conseguíamos também não botar em pauta, mas faz uma reunião do GT, prévia, aproveitando os momentos... Nós
166 temos a reunião da Câmara, e um dia antes da reunião da Câmara fazer a reunião do GT. Então, há necessidade
167 de nós agendarmos uma reunião, tendo dois momentos: o momento do GT e o momento da Câmara, de forma
168 integrada para dar andamento ao processo. Eu não sei se tem alguma manifestação dos colegas sobre o assunto.

171 **Zuleica Nycz – APROMAC**

172 A criação do GT Licenciamento Simplificado para as ETEs, eu acho que em já tendo a posse, também já poderia
173 trazer para a pauta da próxima reunião.

174 **Cláudio Darwin Alonso – Governo de São Paulo**

175 Eu gostaria de fazer um comentário sobre isso: ontem, participando da Câmara de Qualidade, nós verificamos
176 também o seguinte: que tem lá na nossa Câmara o processo Licenciamento Ambiental Simplificado para
177 Agroindústrias Rurais e de Pequeno Porte. E o que foi levantado lá é o seguinte: é capaz de começar a
178 recorrentemente nós ficarmos fazendo licenciamento simplificado para um conjunto de setores, e foi levantada a
179 hipótese e foi colocada como questão mesmo e não foi uma resposta final, mas se não seria o caso de nós termos
180 uma resolução geral para licenciamento simplificado, caracterizando o que pode ser simplificado, como e qual é a
181 tipologia industrial, nós não chegamos a uma conclusão, mas eu gostaria de colocar também essa questão nesta
182

186 Câmara porque é capaz de aparecer muito processo de licenciamento para laticínio, licenciamento simplificado
187 para qualquer coisa – eu estou chutando alguma tipologia -, mas precisamos ver se não é o caso para fazer uma
188 única... Eu não sei. Realmente eu acho uma questão de discutir.

189
190 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

191
192 Tem alguma proposta, Alonso?

193
194 **Cláudio Darwin Alonso – Governo de São Paulo**

195
196 Não tenho. A minha proposta é que amadureçamos nas duas Câmaras esse tipo de tema, talvez até a próxima
197 reunião, e eventualmente termos uma posição conjunta ou repetitiva ou sei lá o que, porque eu acho que
198 simplificaria todos, simplificaria até o desgaste de um conjunto de Grupos de Trabalho que se repetem. Foi uma
199 proposta que foi feita lá, mas nós não chegamos a fechar uma posição não. Não sei se amadurecer até a próxima
200 Câmara essa proposta de fazer apenas um procedimento simplificado para todas... Quer dizer, definir o que seria
201 um licenciamento simplificado e a tipologia ou algum tipo de corte, de forma geral e acaba logo com essa história.
202 Eu não sei.

203
204 **Alexandre Valadares Mello – CNI**

205
206 Essa proposta é muito boa, visto que vários órgãos ambientais já trabalham com licenciamento simplificado para
207 vários setores industriais. Então, eu acho que é de se pensar nessa proposta, visto que várias Câmaras já têm
208 essa questão do licenciamento simplificado.

209
210 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

211
212 Há alguma manifestação a mais a esse respeito? Sérgio, Zuleica, não? Eu só gostaria de lembrar: eu acho que a
213 iniciativa de tentarmos criar algo maior que discipline um todo e os critérios de que realmente... Os temas que
214 possam ter um critério mais amplo e uma resolução mais abrangente, seria realmente um caminho... Também
215 concordo que seria um caminho mais apropriado. Mas, isso tem que ser construído ainda. Isso passa por um
216 processo de construção, passa por um processo de construção na Plenária. E esse assunto nosso específico, que
217 é o de saneamento específico para estação de tratamento de esgoto, ele é um processo que é oriundo da
218 Plenária, é oriundo da manifestação da Plenária. Ele teve uma manifestação de apoio de uma ampla maioria dos
219 Conselheiros, se não me engano foram quinze ou vinte manifestações, coincidentemente num dia em que eu tive
220 problemas de saúde e não pude participar, senão eu também teria aderido a essa proposta. E ele veio para cá já
221 com uma recomendação da Plenária de criar esse GT. Criamos o GT no ano passado... Para ouvir da Câmara
222 Técnica a possibilidade de criarmos esse GT. E a Câmara Técnica, mais ou menos nessa época, em maio ou
223 junho do ano passado, nós nos manifestamos favorável, por unanimidade em nível de Câmara, da criação desse
224 Grupo de Trabalho, e por diversos motivos, que eu não preciso colocar, a importância da matéria do contexto do
225 saneamento para o País. Esse assunto foi novamente à Plenária na reunião, após a manifestação da Câmara
226 Técnica para informar a Plenária que a Câmara também foi favorável à criação do GT e ira **reconduzir** a matéria,
227 ele foi então referendado na Plenária, ele foi aprovado em Plenária. Então, por isso que a instalação do GT hoje
228 está referendada por duas manifestações. Então, independente, Alexandre, de nós podermos construir algo na
229 frente, nós não podemos não cumprir uma determinação. Então, há necessidade de nós regimentalmente
230 cumprirmos o GT, com toda a sua doutrina e todo o seu processo, e se paralelo, depois, o Conselho entender que
231 há necessidade de fazer uma reavaliação geral desses critérios e conceitos, aí pode ser revisto dentro dessa nova
232 conjuntura, mas neste momento não poderíamos tomar uma decisão diferente daquilo que já foi determinado.

233
234 **Cláudio Darwin Alonso – Governo de São Paulo**

235
236 Eu não vou insistir no assunto, mas eu concordo com você que podemos seguir essa linha e poderíamos seguir
237 uma outra do tipo: “Isso foi aprovado individualmente aqui. Agora, em função de conjunto de outros, submeter à
238 Plenária”. Eu não vou insistir no assunto, mas poderia ser uma saída: a Plenária tem autonomia suficiente para
239 rediscutir em função de novos fatos que é a criação de novas proposições. Ela poderia rediscutir perfeitamente,
240 afinal de contas você nos reportou que está desde maio do ano passado, esperar mais um mês não mataria
241 ninguém, mas tudo bem, eu não insisto porque eu não também não tenho clara qual é a melhor opção.

242
243 **José Alberto Rodrigues dos Santos – FIESP**

244
245 Eu também participei da Câmara Técnica de ontem. Bertoldo, eu acho que seria importante nós considerarmos
246 esse tipo de manifestação do Alexandre e do Cláudio porque efetivamente vão pipocar uma série de novas
247 resoluções sobre o mesmo assunto. Está perfeitamente compreendido, no caso da estação de tratamento de

248 esgoto, que isso veio da Plenária. Só que noutra Câmara já está surgindo outras solicitações. Então, a proposta de
249 ontem, que de certa forma foi encaminhada para a uma consulta da Consultoria Jurídica para se fazer um GT
250 intercameral, no sentido de que se faça da 237 simplificar o procedimento. Então, em vez de você ficar pipocando
251 uma, duas, já estão em três, quatro, cinco, seis e por setor, a sugestão de ontem foi: “Faz-se um GT intercameral e
252 se faz uma genérica propondo o licenciamento simplificado”, ou seja, já matou todo mundo, todo mundo está lá
253 enquadrado. Vendo o nível de poluição de cada projeto, você já mata porque só lembrando, Bertoldo, vai criar um
254 GT aqui nesta Câmara e vai criar um outro GT numa outra Câmara. Já tem dois GTs em paralelos tratando do
255 mesmo assunto.

256
257 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

258
259 Qual GT que foi criado?

260
261 **José Alberto Rodrigues dos Santos – FIESP**

262
263 De empreendimentos. Vão ser dois GTs. Então, qual foi a idéia? A idéia é encaminhar isso para a Consultoria
264 Jurídica. Podemos fazer um GT intercameral, que já mata todas as possibilidades de novas tentativas de fazer o
265 licenciamento simplificado. É isso.

266
267 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

268
269 Eu vou passar a palavra para o Marcelo e depois para o Sérgio, da SQA.

270
271 **Marcelo P. de Assis - MMA/CONAMA**

272
273 Só para lembrar que não foi criado ainda o GT para pequenas agroindústrias, foi apresentada uma proposta pelo o
274 Desenvolvimento Agrário e nós pedimos pareceres. Ainda não temos os pareceres. Eu não sei se são favoráveis
275 ou não. O assunto surgiu na Câmara Técnica de Atividades Minerárias, uma proposta, mas ainda embrionária. Não
276 foi apresentada, foi só uma manifestação. Então, não podemos chamar de proposta, no sentido de fazer uma
277 resolução geral regulamentando, se não me engano, o art. 12 da 237, que trata de empreendimentos de pequenos
278 impactos ambiental. Então, seria definir e regulamentar esse artigo, uma coisa geral para não fazer uma para
279 portos, uma para rodovias, porque realmente estava pipocando muitas resoluções. Então, essa discussão é
280 interessante frisar aqui que ela está surgindo também em outras Câmaras Técnicas, manifestando essa
281 preocupação de ter muitas resoluções.

282
283 **Sérgio Antônio Gonçalves – Ministério das Cidades**

284
285 O tema tal qual a importância dele são as falas que estão saindo, quer dizer, mostra realmente que é um tema
286 relevante a e importância, não só dentro da nossa Câmara Técnica, mas em todas as outras, pelo volume de
287 solicitações nessa área de simplificação de licenciamento. Dentro da complexidade, eu só gostaria de colocar
288 alguns pontos, tendo como objetivo final a necessidade de uma saída, como já foi dita pelo Doutor Cláudio Alonso,
289 de São Paulo, que nós temos que ter um objetivo. Então, qual é? Nós temos que fazer alguma coisa que facilite e
290 ajude a dinâmica do processo das Câmaras Técnicas partindo da premissa que está havendo solicitações
291 inúmeras e várias na questão da revisão de licenciamento, em função de simplificação. Então, isso é uma
292 realidade. Dentro da realidade, nós temos que ter isso como horizonte, como objetivo e trabalharmos qual seria a
293 melhor mineira possível, com saídas, como já foi falado da regulamentação do art. 12 ou a questão de uma
294 resolução inter-câmaras. Então, estão surgindo sugestões e propostas importantes. Eu acho que vão surgir outras
295 se remetendo até à própria Lei 9.638 e outras que dão algum arcabouço, que nós possamos ter alguma coisa
296 mais concreta que norteie todas as Câmaras. Então, isso é uma coisa que para nós eu acho que já está ficando
297 muito clara. Agora, sabendo da complexidade e da heterogeneidade dos temas de Câmaras Técnicas. Então, eu
298 vou me ater à nossa Câmara Técnica um pouquinho. Ela já é uma Câmara complexa, em função das atividades
299 dela, que também têm um espectro muito grande. Nós já temos uma resolução de simplificação na área de
300 saneamento especificamente de aterros sanitários. Temos a proposta para esgoto. Logo, logo sairá uma proposta
301 para abastecimento de águas pretas, exceção (...). Então, dependendo, daqui a pouco uma outra, só em
302 saneamento, fora as outras que vão e você vai entrar em outras áreas ambientais tão grandes quanto essas. E o
303 cuidado é porque dependendo como foi na de resíduos, que foi um dos fatores de indicadores à população, que foi
304 uma saída, que pode ser para o esgoto, mas pode não ser para pneu, pode não ser para pilha, pode não ser para
305 embalagem. Então, é muito delicado. Nós temos que ter esse objetivo. Eu concordo com ele. Ele é importante
306 como coisa de CONAMA, mas o cuidado de que nós não paremos algumas atividades e grupos já formados que
307 têm que dar o andamento e que até vão subsidiar no seu dia-a-dia uma análise dessa outra área que nós devemos
308 andar. Principalmente eu vejo um pouco - não sou especialista na área empresarial -, mas com a economia e um
309 País em crescimento, automaticamente vão surgindo esses fatores, que são gerados também pela economia, pela

310 dinâmica econômica, quer dizer, conforme você tem mais obras, mais resíduos, mais indústrias, mais formulações
311 ou mais obras de infra-estruturas e tantas outras, essas coisas vão acontecendo. A de esgoto, eu digo com
312 tranquilidade porque é a minha área específica do Ministério, quando se começou voltar, em dois anos agora, em
313 2003, ao reinvestimento na área de saneamento, nós começamos a financiar a construção de redes e estações de
314 tratamento. Então, o assunto volta com mais força à tona. Como é que eu faço, eu vou tratar uma estação de
315 tratamento para um município de cinco mil habitantes com a mesma regra para São Paulo? Uma Guarulhos de
316 mais de um milhão, uma Campinas com mais de um milhão e pouco ou qualquer outra, a regra é a mesma, os
317 documentos são os mesmos, os projetos são os mesmos? Então, isso realmente nos faz rever, lembrando da base
318 da lei que já separa empreendimentos de pequeno impacto ambiental ou maior impacto ou grande impacto. Então,
319 nós vamos ter que fazer uma concertação, dependendo do tema, que ele vai ter uma série de premissas numa lei
320 futura concentrada, mas que eles, de qualquer maneira, vão ter nuances específicas, vão ter capítulos específicos,
321 às vezes, um *mix* de população com impacto... Às vezes, só impacto independente de população porque eu
322 também posso ter uma grande indústria ou empresa poluidora numa cidade pequena. Então, eu não vou poder
323 tratá-la só pela população, mas sim com a questão ambiental, com a questão de recursos hídricos. Então, nós
324 vamos ter uma série de fatores. Então, é para mostrar como nada é fácil, mas é importante nós encararmos isso
325 como uma possibilidade real e necessária, mas ela vai depender realmente de uma negociação e uma delicadeza
326 nas áreas muito maior. Então, por isso é que eu já vejo que ela demorará um tempo de maturação muito maior do
327 que, às vezes, um Grupo de Trabalho específico numa área necessária e urgente e premente, até para não
328 dificultarmos, não sermos levados como se um Conselho de importância desses, que é o CONAMA, que colabora
329 no desenvolvimento do País, não seja visto do outro lado. Então, eu vejo que nós devemos andar com o que está
330 surgindo porque são necessidades prementes, como esse GT de Esgoto, mas nunca perdendo a visão de que nós
331 vamos ter que realmente, dentro do CONAMA, dentro das Câmaras, trabalharmos mesmo com a visão: o que nós
332 vamos fazer para resolver mais um desafio colocado pela dinâmica da natureza do desenvolvimento humano
333 dentro do meio ambiente, como é que nós vamos tratar isso dos simplificados. Então, nós devemos fazer um corte
334 com dois focos importantes, mas com maturidades, maturação e tempos diferenciados. É só isso. Obrigado.

335 **Zuleica Nycz – APROMAC**

336
337 Eu concordo plenamente com o que você falou: a complexidade e a questão da maturação, quer dizer, uma coisa
338 é tratar de saúde e saneamento, outra coisa é tratar de atividade minoria. É impossível colocar tudo isso numa
339 mesma panela e querer fazer um licenciamento simplificado para atividades que possamos tentar classificar como
340 baixo impacto, mínimo impacto, população, quer dizer, N fatores e misturar isso para N tipos de atividades. Outra
341 coisa é uma ETE, outra coisa é uma intervenção em APP. A natureza é complexa e temos que respeitar essa
342 complexidade da natureza se quisermos protegê-la, que é o objetivo do CONAMA, resoluções para proteger o
343 meio ambiente, onde entram aí todos os interesses das atividades humanas. Então, o próprio Ministério Público
344 Federal já levantou um documento, trouxe um documento à tona sobre baixo impacto... O que é baixo impacto em
345 APP, por exemplo, mineração... Versus mineração. Poderia ser baixo impacto versus agricultura. É outra coisa
346 completamente diferente, quer dizer, com generalizar o que é extremamente complexo e cheio de nuances e
347 detalhes e envolve questões temporais, não só a natureza da atividade, mas a questão temporal, como você falou,
348 um dia é muita coisa e daqui a dois anos é outra, quer dizer, eu acho que a discussão é importante, nós temos que
349 ser democráticos. Eu, como ONG ambientalista, apoio a discussão, mas eu gostaria de tomar muito cuidado com a
350 generalização daquilo que não generalizável, que é a complexidade da natureza.

351
352 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

353
354 **Zuleica Nycz – APROMAC**

355
356 Nós estamos falando da simplificação do processo de licenciamento. Isso é o mote. Não que ele seja perfeito o
357 sistema de licenciamento.

358
359 **Sérgio Antônio Gonçalves – Ministério das Cidades**

360
361 A proposta é você criar um ponto de corte. Você nunca vai entrar no detalhe porque senão você não poderia fazer
362 a 237. Você vai ter algumas características mínimas que você caracteriza o empreendimento como não poluidor ou
363 não de auto-impacto, aí você fecha o assunto, aí é genérico para todo mundo. Daí para frente você entra em
364 especificidades que o órgão ambiental local tem que definir, não é aqui. Veja, nós estamos sempre fazendo o quê?
365 Uma resolução de caráter geral para o Brasil, para ser aplicada, não é isso? Quais são as condições mínimas que
366 você tem que caracterizar o empreendimento de baixo impacto? Aí você define. Aí o detalhe, cada órgão ambiental
367 local, em função de sua peculiaridade vai definir ou não. É só isso.

368
369 **Zuleica Nycz – APROMAC**

370
371 Então, como chegar nisso é que é o grande problema.

372
373
374
375
376
377
378
379
380
381
382
383
384
385
386
387
388
389
390
391
392
393
394
395
396
397
398
399
400
401
402
403
404
405
406
407
408
409
410
411
412
413
414
415
416
417
418
419
420
421
422
423
424
425
426
427
428
429
430
431
432
433

Sérgio Antônio Gonçalves – Ministério das Cidades

Só lembrando: você pegando os dois casos que estão aí, você vai ver que tem algo em comum, o que é incomum é esse que nós queremos propor genericamente para todos; o específico é específico. É essa a lembrança porque senão você vai ficar N vezes fazendo projetos específicos. É só isso.

Cláudio Darwin Alonso – Governo de São Paulo

Eu gostaria de pedir a palavra. Eu vou deixar bem claro o seguinte: eu não tenho uma convicção muito clara em qual é a melhor solução, mas eu vou reportar, de uma forma extremamente sucinta, como nós estamos... Eu estou coordenando um grupo de controle e qualidade, no qual ele tem que fazer regulamentações das mais diferentes tipologias de empresas, desde uma fábrica de vidros a um processo de queima de combustível a uma fábrica de cimento, ou seja, as tipologias são bastante diferentes, o que poderia se refletir, por exemplo, na tipologia que você está falando. Mas, o que nós fizemos? Nós fizemos um corpo de resolução, onde você tem princípios gerais que pegam a todos. E o que deu para perceber foi o seguinte: quando você chega à tipologia específica para analisar, se você tem o corpo geral, a tipologia vai muito rápida. Então, eventualmente, se nós pensarmos numa resolução, digamos, que seja uma resolução-mãe, e lá nós estamos chamando de Anexo, aqui você também poderia chamar de Anexo atividade rural, ETE, enfim, qualquer uma que surja e você ir acrescentando, você não precisa rever tudo para fazer, talvez seja uma maneira fácil de você encaminhar sem que todo o grupo... Quando ele começa a fazer isso, é fatal. Nós mesmos nas Câmaras exigimos que o grupo tenha toda uma estrutura para fazer a resolução, praticamente metade dela estaria pronta, teria uma vantagem operacional, que é bastante grande, e é claro que você respeita as especificidades em cada anexo específico. Eu acho que pode ser uma solução. E dentro disso, a própria instalação do GT que está aí, do Grupo de Trabalho que já está aí há mais de um ano para ser instalado, eu acho que ele poderia iniciar, e se for o caso de você fazer uma geral e isso aí entrar como parcela, eu acho que é possível. Na concepção que tivemos no outro grupo foi o seguinte: fazer algo geral que aborde a todos, ou seja, você não permite que para cada atividade específica você tome atitudes ambientalmente pseudo-corretas, mas contraditórias, você teria que ter certa homogeneidade de critérios para fazer os tratamentos simplificados. Eu acho que seria uma solução adequada. Eu acho que não impede. Eu não tenho muito claro não... Sou muito honesto em dizer, mas o que se preocupa é a morosidade dos nossos processos e, portanto, talvez uma solução dessas agilize. E para agilizar até talvez fazer as coisas combinadas: instala-se o grupo e se for o caso, ele se enquadra dentro de um outro grupo maior, que faria as propostas generalizadas, mas ele já teria a parte dele avançada. Talvez seja uma solução que possamos pensar. Mas eu insisto: é-me muito simpática uma resolução única e geral que dê diretrizes básicas para todos que os queiram fazer e nós não entrarmos em contradição em coisas que não são incomuns.

Bertoldo Silva Costa – ABES

Alonso, eu acho que as falas aqui elas têm o mesmo sentido, espírito e a preocupação idêntica, que dizer, todos concordam que há necessidade de ter uma resolução maior, que pare de pipocar uma série de GTs, uma série de resoluções criadas com critérios próprios, sem uma regra geral, quer dizer, é isso que falta. Realmente eu concordo plenamente com você que essa carência é uma emergência e urgência também de nós criarmos um grupo maior para discutir especificamente a regulamentação de critérios ou de como enquadrar um processo para ser licenciado. Eu acho que todas as falas aqui estão dentro desse contexto e estão nesse espírito. Ao mesmo tempo eu percebo que as pessoas também têm a mesma preocupação que você colocou agora de não prejudicar o que já vem colocado porque pela própria morosidade e pelo desejo de que algo aconteça possa ter uma velocidade não tão adequada e os tempos não se encaixarem muito e você acabar prejudicando o processo que já está há um ano sendo construído e já passou duas vezes na área reiterando. Então, eu acho que um bom senso leva realmente nessa análise sua. Eu acho que podemos manter a instalação do GT, ao mesmo tempo em que há uma sinergia no sentido de criar um grupo que venha essa heterogeneidade toda e venha um critério maior, e se na frente houver necessidade de se fazer uma readequação, não só desse como de todos, ela vai ter que ser feita. Mas não perde trabalho. Realmente é uma matéria bem mais complexa porque mexe com toda essa tipologia, com toda essa gama de procedimentos passíveis de licenciamento. E esse é muito mais específico e tem toda uma dificuldade própria específica que hoje, eu digo até pela vivência, e o Sérgio pode falar melhor do que eu, do Ministério das Cidades, que ele vive a política de saneamento, as dificuldades de muitos municípios atenderem e se adequarem para poder buscar os financiamentos junto aos órgãos financiadores para sair dessa difícil situação que nós temos no quadro de saneamento do País. Então, ela tem um pouco esse espírito também, não quer dizer que... Afrouxar, mas também criar uma condição que permita isso acontecer. Então, eu acho que podemos trabalhar juntos nessas duas idéias. Uma está um pouco na frente... Talvez a alcance na frente isso...

Cláudio Darwin Alonso – Governo de São Paulo

434 Fala a verdade, Bertoldo, desde maio do ano passado, um ano. Eu não sei se você está com tanta pressa em
435 fazer a resolução.

436
437 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

438
439 Deixe-me explicar então, Alonso, você já falou três vezes isso, e eu vou colocar novamente. Por que essa
440 demora? Na realidade, a demora foi em direito à vontade da Câmara, não foi... Houve uma recomendação de
441 Plenária com em torno de vinte assinaturas, na ordem dessa grandeza, recomendando que a Câmara analisasse o
442 processo e vendo a viabilidade da instalação de um GT sobre isso. A Câmara, em junho do passado... Isso foi em
443 maio, e em junho ela já teve uma reunião aqui mesmo neste auditório - eu lembro bem - e todos os Conselheiros,
444 no momento, se manifestaram favoráveis à importância da matéria e à criação do GT. Só que isso passaria
445 depois... Como foi um encaminhamento de recomendação, isso passaria novamente por um referendo da Plenária.
446 A Plenária recomendou, mas não autorizou. É meio estranho isso. Então, isso foi à Plenária novamente em
447 dezembro do ano passado, onde a Plenária novamente... Quer dizer, a demora dos processos, você sabe tão bem
448 quanto eu, independe, muitas vezes, da vontade da matéria. Ao mesmo tempo, só para te esclarecer e informando
449 a todos, em janeiro ou fevereiro teve um seminário... Nós provocamos um seminário, porque logo em seguida veio
450 o final do ano, coordenado pela SQA, onde ela convidou todos os setores e entidades ligadas ao saneamento
451 ambiental deste País, onde houve uma discussão ampla sobre a matéria. Eu acho que foram dois dias. Eu não sei
452 se a Gricia participou desse momento. Eu não participei dessa reunião. Um seminário sobre saneamento
453 ambiental e resíduos sólidos e licenciamento de estação de tratamento de esgoto. E foram ali colhidas
454 contribuições e houve um manifesto favorável de diversos órgãos estaduais no sentido de que esse processo
455 continuasse. Então, houve todo esse processo. Essa matéria voltou. Já existe, inclusive, um desenho inicial
456 espelhando essa manifestação. Eu acho que a CETESB estava presente, se não me engano. Eu não estava,
457 infelizmente. E por isso que agora chegou novamente. E coincidentemente ia haver mudança da recomposição da
458 Câmara, nós teríamos que por bem que a recomposição seria dentro do novo Regimento, que todos os segmentos
459 teriam que indicar representantes de GTs. Hoje, o critério de montagem de GTs é diferente. Você sabe que não é
460 mais aquela coisa solta. Um GT, hoje, para ser instalado...

461
462 **Cláudio Darwin Alonso – Governo de São Paulo**

463
464 Ainda é, porque não foi publicada a Resolução.

465
466 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

467
468 Agora eu não lembro o artigo. Eu li o artigo na reunião passada, dizendo que todos os nossos membros têm que
469 indicar um representante para compor o GT. Eu espero que ele seja um pouco mais restritivo em termos de
470 balanço que você assistiu e vem assistindo de dificuldades de conduzir um GT. A grande preocupação minha e
471 acho que nossa também está mais na dificuldade de você conduzir um processo democrático de consenso no GT,
472 onde você tem pessoas legitimadas pelos segmentos do que o próprio encaminhamento da matéria porque você,
473 às vezes, está com um ano de discussão ou quase um ano e chega uma pessoa totalmente diferente no processo
474 e tenta rediscutir aquilo que já foi discutido há muito tempo e esse processo... Então, eu espero que o nosso
475 Regimento feche isso. Tudo nos levou... Inclusive, quem nós indicando para coordenar esse GT foi o José Cláudio
476 Junqueira. E ele preocupado também com isso porque ele só disse aqui na reunião passada – ele continua na
477 Câmara, infelizmente hoje ele está ausente - que só aceitaria conduzir esse GT se pudesse aplicar o espírito... E
478 nós relemos o artigo, e permite aplicar o espírito dessa idéia, ou seja, nós tenhamos interlocutores no GT
479 legitimados pelo processo e não tem como fazer gestão, ou seja, conduzir os trabalhos de um GT. Então, por isso
480 que tudo isso atrasou e checou a esse ponto, não porque a matéria não era importante, até porque sambemos da
481 **importância** da matéria.

482
483 **Cláudio Darwin Alonso – Governo de São Paulo**

484
485 É porque estávamos com pressa mesmo.

486
487 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

488
489 Eu não se... Vamos concluir? Podemos deliberar ou não? Eu quero saber se aquela própria que o próprio Alonso
490 fez de nós conduzirmos o processo de instalação do GT e acompanharmos, que vai ser uma própria deliberação
491 em nível de CIPAM mais tarde ou não, que passe por uma instância ou outra Plenária, de uma readequação, não
492 só desse GT como de todos os GTs instalados que pudessem ter esse espírito passando por um processo de
493 readequação. Eu acho que passa por uma decisão, num outro momento, de ajustes de tempo da matéria. Eu não
494 sei se pode manter essa proposta. Se todos concordarem... Eu não sei se o Alonso mantém essa idéia.

495

496 **Cláudio Darwin Alonso – Governo de São Paulo**

497
498 Claro.

499
500 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

501
502 Se todos concordarem com isso, nós podemos fazer esse encaminhamento.

503 **Alexandre Valadares Mello – CNI**

504
505 A CNI concorda. Eu só queria passar um Informe: a CNI está fechando hoje um substitutivo para o PL do
506 Deputado Zica e Deputada Ann Pontes, sobre a proposta de licenciamento ambiental. E lá trata muito sobre a
507 questão do licenciamento ambiental simplificado. E foi baseado muito em cima da legislação da Minas Gerais e da
508 Bahia, de acordo com a classificação de um a seis; o um e dois são licenciamentos simplificados. E eu acho que é
509 um trabalho que pode contribuir muito para essa questão do licenciamento simplificado.

510
511 **Zuleica Nycz – APROMAC**

512
513 Se eu entendi, proposta é instalar o GT e fazer avançar as conversações sobre uma resolução única, que eu não
514 concordo. A princípio, eu não concordo, até que os argumentos me convençam que seja seguro para o meio
515 ambiente e para a saúde pública.

516
517 **Sérgio Antônio Gonçalves – Ministério das Cidades**

518
519 Concordamos com esse encaminhamento, sem problema. E já que também já existe uma solicitação de Câmaras
520 outras para que o próprio CONAMA, a Secretaria Executiva do CONAMA e a Diretoria do CONAMA possam já
521 trabalhar e verem as maneiras legais para que isso ocorra. Não há problema algum.

522
523 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

524
525 Então, fica aprovada a instalação do GT. E nós vamos depois entrar em contato... Eu vou pedir para a Ruth
526 informar ao Cláudio Junqueira para dar início a esse procedimento de instalação do GT.

527
528 **Sérgio Antônio Gonçalves – Ministério das Cidades**

529
530 Bertoldo, permita-me, só para complementar: esse seminário que houve, promovido pela SQA, em função da
531 questão do licenciamento de esgoto, quem está sentido muito a pressão é ponta, são os estados, que recebem as
532 solicitações de licenciamento, eu acredito, só para confirmar, eu acredito que o CONAMA, a Diretoria do CONAMA
533 não recebeu ainda o relatório. Então, eu gostaria de fazer uma solicitação para que a Câmara Técnica
534 encaminhasse à Diretoria do CONAMA para que fosse solicitado à SQA que nos fornecesse todo o material que foi
535 feito, os debates que foram feitos durante o seminário. Eu estive presente, fazendo uma apresentação pelo
536 Ministério. Eu soube também que tiveram companheiros do Governo, da FUNASA e tantos outros, estiveram
537 presentes todos os estados da Federação, representantes das OEMAs. Também foi muito rico por causa disso,
538 porque eles trouxeram da ponta as suas dificuldades, não só as dificuldades como também algumas sugestões de
539 soluções de como eles já estão trabalhando com esse tema. Então, seria muito importante todos nós termos
540 conhecimento dos trabalhos realizados, até para nos nortear e nos ajudar dentro... E até principalmente o Cláudio
541 Junqueira, que vai coordenar esse GT, para que já fosse o início de material para que o Grupo de Trabalho
542 pudesse iniciar os seus procedimentos.

543
544 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

545
546 Sérgio, eu entendo que a sua proposta proposição é oportuna realmente de nós fazermos essa solicitação à SQA,
547 porque esse seminário, um dos espíritos dele era dar subsídio a um documento inicial ao GT. Então, fazermos a
548 solicitação à SQA que encaminhe para nós esse resultado do evento. Parece-me que eles iam formatar, inclusive,
549 uma proposta já sistematizada, uma minuta de resolução. Então, nós buscamos esse documento para servir com
550 subsídio do GT. E eu espero que o GT possa, inclusive ter uma condição de trabalho melhor já com um trabalho
551 inicial já revisado. Mais algum item específico que vocês queiram colocar? Não tem mais nenhum assunto
552 específico? Geral que possa trabalhar dentro dessa matéria? Da pauta, eu só vou dar um Informe de que nós
553 vamos fazer uma interrupção e que hoje à tarde nós vamos retomar os trabalhos com uma outra dinâmica. Eu só
554 gostaria de lembrar que todos esses itens aqui que a Ruth nos relatou dos processos 5.7, 5.8, 5.9 e 5.10, eles estão
555 em pendência, como ela colocou, *linkada* a hoje à tarde a esse processo. Em função do espírito que for colocado
556 hoje à tarde, nós podemos retomar ou aguardar um pouco mais. Isso vai ser matéria discutida nas reuniões
557 futuras. Então, essas matérias todas e esses processos foram dados um vínculo porque nós tínhamos um

558 entendimento de que nós teríamos que priorizar o encaminhamento dessa minuta ou dessa sugestão de proposta
559 da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Basicamente é isso aqui. E eu gostaria de ver se vocês têm alguma
560 coisa porque eu quero passar uma proposta de nós agendarmos as datas das reuniões e depois eu deixo a
561 palavra em aberto para manifestações, e depois nós definimos qual vai ser o procedimento da tarde. Sérgio.

562
563 **Sérgio Antônio Gonçalves – Ministério das Cidades**

564
565 É mais uma dúvida para eu não atropelar a dinâmica: nós fechar as datas, que à tarde é uma dinâmica de
566 apresentação. Então, nós teríamos um tempo, agora ainda pela manhã, rápido para algum tipo de Informe ou
567 sugestão?

568
569 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

570
571 São momentos diferentes: agora pela manhã, nós temos o caráter deliberativo. À tarde nós não deliberamos.
572 Então, se você tiver alguma coisa mais específica não vinculada à Política Nacional de Resíduos Sólidos, eu
573 gostaria que você colocasse agora de manhã.

574
575 **Sérgio Antônio Gonçalves – Ministério das Cidades**

576
577 É isso mesmo. Então, eu gostaria de aproveitar este momento, já como pauta. É um Informe propositivo, já de
578 proposta também de dinâmica e de pauta para nossa Câmara Técnica. Nós, na sexta-feira passada ou na
579 segunda-feira... Sexta-feira foi dia...? Perdão, eu estou meio perdido. Sexta-feira passada... Perdão. Foi 19, sexta-
580 feira? 27. Então, foi dia 20. Está ótimo! Dia 19, que foi numa quinta-feira, Governo Federal, por meio do Ministério
581 das Cidades, fez uma entrega oficial, pelo Ministro Olívio Dutra, ao Presidente da Câmara dos Deputados do
582 Projeto de Lei de Política Nacional de Saneamento Básico e Diretrizes Gerais para a Prestação de Serviços de
583 Saneamento Básico. É uma lei só que tem dois capítulos: uma, é serviços e a outra é política, diretrizes e política,
584 são dois temas no mesmo projeto. Então, foi entregue oficialmente ao Presidente da Câmara. Está disponível no
585 site da Câmara. Ele entrou com uma mensagem presidencial como urgência constitucional. Então, ele tem um
586 prazo regimental de 45 dias úteis de funcionamento da Câmara para um parecer. Então, em função de termos o
587 recesso da Câmara agora, está previsto para início de agosto vencer esses 45 dias, que são contados. É um
588 projeto para o Governo, de suma importância. Ele foi construído esse processo desde 2003, num grupo
589 interministerial, onde participaram quinze Ministérios e órgãos de Governo, na construção desse projeto: Meio
590 Ambiente, Integração, Fazenda, Planejamento, Ciência e Tecnologia e tantos outros: ANA, Caixa Econômica, e
591 tantos outros. Teve audiências públicas com sugestões da área empresarial, das empresas públicas: ABCON, que
592 representa os prestadores privados; AESBE, das estaduais; da SEMAR e das municipais, da ABDIB, da ABRELP,
593 ASFAMAS, da área empresarial e todos os setores também dos segmentos de movimentos populares. Então, o
594 Governo formatou um Projeto de Lei, que deu entrada oficialmente. A ausência de uma regulamentação de
595 diretrizes de saneamento para o País está já causando cada vez mais problemas na dinâmica do desenvolvimento
596 do saneamento para o País. E principalmente na ausência de qualquer regulamentação que garanta o consumidor
597 e o usuário, principalmente isso. Usuário e consumidor hoje estão completamente desamparados na prestação de
598 serviços de saneamento. Então, o grande marco fundamental é a garantia dos direitos do usuário e do consumidor,
599 que vem preservar nesse projeto e além de dar uma estrutura de um sistema nacional, um sistema de
600 financiamento, um sistema de fomento. Então, esse é um tema fundamental que rebate nesta Câmara e no
601 CONAMA, que eu solicito que se for do interesse dos Conselheiros, que é premente que nós solicitemos com que
602 o Ministério das Cidades, que é o coordenador da área do Governo, nessa área, que é o coordenador da política
603 na área, faça uma apresentação, em função do tempo, mais urgente possível, senão nós vamos apresentar, de
604 repente, depois que já estiver tramitando, porque está na hora de apresentação de emendas, apresentação de
605 sugestões à Câmara dos Deputados. Não tem relator ainda. Esperamos que esta semana se defina o relator e o
606 presidente da Comissão que vai iniciar o trabalho, mas que seja apresentado com urgência dentro desta Câmara
607 Técnica o que significa e o que rebate isso, principalmente de todas as políticas públicas e também como nós
608 vamos estar andando também com o trabalho da Política de Resíduos Sólidos, embora eu já coloque de antemão
609 que ela foi construída também com o meio ambiente. Então, esse projeto não entra nos detalhes que a Política de
610 Resíduos entra. Ele é diretriz geral na área de água, esgoto, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas
611 pluviais. São os quatro temas que trata a Política Nacional de Saneamento Básico e as diretrizes para prestação
612 desses serviços. Então, são diretrizes nacionais para os serviços e a política. E claro, vai caber à Política de
613 Resíduos Sólidos essa específica regulamentação de toda a dinâmica interna que envolve a área de resíduos, mas
614 para ter uma compreensão maior da importância e relevância que isso tem para o País, de termos uma política
615 nessa área, eu solicito a todos os membro da Câmara e ao Presidente que nós pautemos esse tema com urgência
616 para apresentação.

617 É só isso. Obrigado.

618
619 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

620
621 Há alguma manifestação? Sérgio, primeiramente eu gostaria de dizer que eu acho que é um anseio muito grande
622 da sociedade que tenhamos uma política nacional de saneamento básico neste País, todo o segmento. E eu
623 lembro que o senhor há dois anos fez também uma exposição inicial, onde em nível de Câmara, nós demos
624 algumas contribuições sobre alguns pontos da matéria - bem no início. Então, eu acho que é importante realmente
625 nós agora neste momento conhecermos melhor e poderemos ouvir e trocar algumas discussões, alguns
626 entendimentos em nível de Câmara para maior manifestação da Câmara a esse respeito. Então, temos que ver se
627 conseguimos colocar nessa pauta agora. Você já quer marcar? Você falou que em agosto retomam os trabalhos, é
628 isso?
629

630 **Sérgio Antônio Gonçalves – Ministério das Cidades**

631 Agosto é prazo final (...)

632
633 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

634 Então, vamos ver se conseguimos. A nossa agenda está crescendo. Eu estou ficando preocupado. Eu vejo duas
635 pautas prioritárias, ou pelo menos uma pauta que é obrigatória, que é o pedido de vistas dos pneumáticos, que
636 tem que pautar esses assuntos. Nós poderemos abrir um espaço também nesse dia ou nessa 14^a para exposição
637 do Ministério das Cidades para a Política Nacional de Saneamento Básico, que eu acho que é um momento
638 oportuno, senão nós vamos perder o momento de ouvir e de trocarmos algumas contribuições ainda sobre o
639 assunto. E depois, na seqüência, nós verificaremos as outras pautas e a instalação mais a questão de informação
640 da Zuleica, na questão de indicar os representantes no GT de Transportes Interestaduais, é isso? Então, eu acho
641 que são esses pontos prioritários que poderíamos focar a reunião. Eu tenho duas propostas aqui, que eu levantei
642 com a Ruth, de nós tentarmos agendar ainda neste mês, já que não vai haver mais a reunião Plenária neste mês
643 de junho, amanhã. Mas no mês de junho, não vamos ter mais reunião Plenária do CONAMA. Estamos propondo
644 para ver se há consenso inicial e depois podemos confirmar, inclusive com os Conselheiros que infelizmente não
645 estão presentes. Ou nos dias 22 e 23? Dias 22 e 23 caem numa quarta e quinta desse mês de junho ou nos dias
646 28 e 29. Dias 22 e 23 de junho, quarta e quinta, ou nos dias 28 e 29, terça e quarta da semana seguinte. Eu
647 gostaria de ouvir de vocês, a princípio, qual seria a melhor agenda. Depois. Não vamos fechar agora, porque eu
648 gostaria de ouvir também... Deixar um tempo para que os senhores Conselheiros se manifestem, porque eu
649 gostaria de ouvir também... Hoje é um dia que não temos quorum máximo. Hoje é um dia que não temos quorum
650 máximo. Sempre temos. Então, eu gostaria de ouvi os outros Conselheiros para ver se fechamos. Mas vamos
651 sentir o sentimento de vocês se possível preferencialmente nos dias 22 e 23, e uma alternativa: dias 28 e 29, caso
652 tenhamos problemas de presença ou de quorum impossibilitados. Eu gostaria de saber de vocês se vocês
653 concordam com esse encaminhamento. Com isso feito, nós podamos deixar para a área executiva; ela faz a
654 consulta e nós confirmamos com os outros Conselheiros.
655
656

657
658 **Cláudio Darwin Alonso – Governo de São Paulo**

659 Eu, particularmente, gostaria que fosse nos dias 22 e 23, senão fica... A reunião do CONAMA é nos dias 05 e 06.
660 Fica muito em cima. É melhor nos dias 22 e 23, senão não conseguimos agendas para os trabalhos... Nós
661 precisamos trabalhar lá. Aqui também é trabalho, claro, mas...
662
663

664 **Não Identificado**

665
666 Necessariamente essas reuniões são de dois dias?
667

668 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

669 Não. Pela amplitude da matéria, nós costumamos marcar dois dias. E nós vamos ter matérias de pneus, que eu
670 entendo que vai queimar um pouco de pneus na reunião, e a exposição do Ministério das Cidades também vai
671 fazer um debate interessante. Então, com certeza, nós vamos precisar definir os tempos, inclusive em dias
672 diferentes. No dia que eu pautar Cidades, eu não vou pautar pneus; ou se eu marcar Cidades pela manhã, pneus
673 vai começar à tarde. O problema é deixar o pessoal também vindo para a reunião... O setor vem, e acaba vindo...
674 Então, nós vamos marcar com horário já definido para que as pessoas também que tenha interesse em assistir a
675 reunião saibam qual é o horário que vai ser discutido o assunto. Então, ficam 22 e 23, preferencialmente, Zuleica?
676
677

678 **Zuleica Nycz – APROMAC**

679 Não. Eu proponho dias 28 e 29 por conta do Pedido de Vistas porque nós chegamos à conclusão hoje de manhã,
680 numa reunião extra-oficial com o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente que nós vamos apresentar um
681

682 Substitutivo. Nós não vamos reformar a Resolução 258. Então, nós gostaríamos de ter um pouco mais de prazo
683 por conta da decisão tomada hoje, que foi a primeira reunião que conseguimos fazer, pela dificuldade de juntar as
684 partes que pediram vistas. Então, eu proponho, se fosse possível, reverter as decisões aqui para ganharmos mais
685 uma semana, porque nós temos que apresentar o nosso relatório já com cinco dias de antecedência, pelo
686 Regimento Interno. Então, nós teríamos cerca de uns vinte dias, menos até, talvez uns dezesseis ou catorze dias
687 para fechar a nossa proposta para poder elaborar o nosso relatório e encaminhar para a diretoria do CONAMA.
688

689 **Alexandre Valadares Mello – CNI**

690 Particularmente, também no dia 22 eu não vou estar em Brasília. Então, eu sugiro as datas de 28 e 29.
691

692 **Cláudio Darwin Alonso – Governo de São Paulo**

693 E que tal fazer depois da reunião do CONAMA, assim eles têm de estudar os Pneus com um pouco mais de
694 tranqüilidade, e nós também porque se recebermos um Substitutivo, eu acredito que nós vamos ter que analisar
695 com outro olho? Então, que tal depois da reunião do CONAMA?
696

697 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

700 Obrigatoriamente, na próxima reunião que nós marcarmos, Pneus têm que estar em pauta, se for mês que vem ou
701 se for em julho, será a próxima reunião. A minha preocupação sinceramente é que nós não... Eu gostaria que nós
702 não prorrogássemos muito esse assunto porque esse assunto já vem se arrastando, vem se arrastando, se arrasta
703 e não acaba, não freia, o pneu já está careca e não tem jeito. Então, eu não vejo, a princípio... Eu até concordo
704 com o Cláudio que a matéria precisa de uma análise, mas eu também não vejo que nós poderemos deixar isso para
705 julho; e se deixarmos para julho será só para o final do mês de julho. E esse assunto é mais dois meses. Eu acho
706 que é prejudicial porque independente do conteúdo que venha a ser discutido, eu espero que esse assunto se
707 conclua este ano, em nível de CONAMA. Se nós não fizermos agora em julho, vamos acabar perdendo a Plenária
708 seguinte e não entra a matéria porque passa pela Jurídica ainda e depois pela Plenária. Então, tem todo um
709 trâmite longo pela frente, que eu gostaria que tentássemos fazer um esforço e nós trabalharmos essa reunião em
710 julho.
711

712 **Zuleica Nycz – APROMAC**

713 Em função do que o Conselheiro Sérgio falou, da urgência da Política de Saneamento, você tem uma urgência, e
714 nós tentando protelar um pouco. Então, eu acho 28 e 29 seria ideal para ambas as partes. Estariam bons 28 e 29
715 para o saneamento e para nós que já tínhamos fechado de manhã? Porque nós tínhamos a informação de que a
716 reunião seria 28 e 29. Então, fechamos o cronograma em face dessa informação.
717

718 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

719 Eu concordo com o Cláudio que vai ficar... Mas tudo bem, se for para um sacrifício, nós temos que fazer, nós
720 temos que esgotar o assunto. Eu gostaria de não passar o mês de junho com essa matéria em pauta. Isso, eu
721 acho que temos que colocar como meta, avançar. Eu sei que é difícil, mas vamos ter que tomar uma decisão e
722 vamos tomar a decisão na próxima reunião e tem que ser no mês de julho. Isso, eu não abro mão que discutamos
723 isso. Agora, se realmente... Por exemplo, até o Alexandre... Se nós pudermos fazer na quinta e na sexta, 23 e 24,
724 porque daí, Zuleica, é quinta e sexta, e a outra seria na segunda e terça, quer dizer, seria a questão de um final de
725 semana e nós não precisaremos estar dois finais de semana direto aqui em Brasília. Então, eu acredito que dariam
726 um respiro para todo mundo.
727

728 **Zuleica Nycz – APROMAC**

729 O relatório... Cinco dias antes, que dia que é? Cinco úteis ou cinco dias...
730

731 **Cláudio Darwin Alonso – Governo de São Paulo**

732 Ele tem que ser publicado em cinco dias úteis porque precisamos ler.
733

734 **Zuleica Nycz – APROMAC**

735 Eu tenho que apresentar dia 16. Então, eu teria que terminar a nossa tarefa em menos de dez dias.
736

737 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

744
745 Mas infelizmente eu não vejo alternativa. Vocês vão ter que fazer um esforço concentrado.

746
747 **Zuleica Nycz – APROMAC**

748
749 O problema é que o IBAMA (...).

750
751 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

752
753 Eu sei que vocês estão buscando conversas, buscando relatos mais ou menos uniformes, mas são dois Pedidos
754 de Vistas: da APROMAC e do Ministério das Cidades. O Ministério das Cidades pediu vistas... O Ministério das
755 Cidades vai estar em pauta nesse dia com dois assuntos: Pneus e Saneamento.

756
757 **Sérgio Antônio Gonçalves – Ministério das Cidades**

758
759 Eu virei até sem carro nesse dia. Como o Ministério das Cidades e a APROMAC, a Zuleica, nós temos a
760 responsabilidade de apresentar porque nós pedimos vistas... E lembrando que o pedir vistas para nós não significa
761 nós fazermos os relatórios e a Zuleica, pela APROMAC, fazer o relatório, não é esse o espírito porque, senão seria
762 fácil, cada um vai e o seu e vem aqui e entra num embate, num debate, numa confusão e volta e sai caco para
763 todo lado e depois sai todo mundo triste pelos corredores. Não é esse o fim, esse que é o principal. Nós queremos,
764 como tem dois Pedidos de Vistas de duas entidades que precisam... Então, o nosso processo é de tentarmos fazer
765 um relatório conjunto, único, acordado que nós teríamos... Isso não significa que ele não vai ter problemas em
766 embates e debates, mas nós estaríamos reduzindo os conflitos. Essa é a idéia. É por isso que nós precisaríamos...
767 A função do tempo é em função disso, não é meramente fazer um relatório e trazer aqui e apresentar. Então, ainda
768 no espírito de negociação do Encontro Árabe, etc., vamos tentar um meio termo nesse processo aqui em Brasília,
769 um processo salomônico? Eu entendo a preocupação de todos que não ficam aqui, e mesmo quem fica, da
770 questão de ter que estar dois aqui e passa o fim de semana e já volta, além do custo e desgaste das horas de
771 trabalho. É mais uma proposta para pensar. Como nós temos a reunião do CONAMA já está marcada para 05 e 06
772 de julho... Poderíamos, para otimizar, fazer um dia antes da reunião da Câmara Técnica, dia 04, já vem e já fica,
773 não tem ida e volta, é um dia a mais.

774
775 **Cláudio Darwin Alonso – Governo de São Paulo**

776
777 São três dias seguidos?

778
779 **Sérgio Antônio Gonçalves – Ministério das Cidades**

780
781 Sim. São três dias. Era só uma questão de concentrar.

782
783 **Cláudio Darwin Alonso – Governo de São Paulo**

784
785 Mas ele quer dois dias de reunião. Então, não seria só um, seriam dois, e mais dois, são quatro.

786
787 **Sérgio Antônio Gonçalves – Ministério das Cidades**

788
789 Otimizaríamos, Bertoldo? É uma proposta: faríamos em um dia uma proposta, que nesse caso faríamos um dia
790 mesmo, um horário para cada desses dois temas, já sendo propositivo mesmo de manhã, que é o horário que o
791 pessoal está chegando e se mobilizando, faríamos a apresentação da Política de Saneamento; e em seguida,
792 acabando, imediatamente entraríamos na relatoria do processo e seguiríamos até o final da tarde para fecharmos.
793 Aí é uma proposta mesmo, nesse caso, de um dia, tentando otimizar; ou um dia antes ou um dia seguinte do
794 CONAMA, que eu acho pior porque há desmobilização.

795
796 **Cláudio Darwin Alonso – Governo de São Paulo**

797
798 É que são muitos dias seguidos que ficamos afastados. Nós temos problemas. Três ou quatro dias seguidos, para
799 mim é danoso.

800
801 **Sérgio Antônio Gonçalves – Ministério das Cidades**

802
803 Seria uma proposta de três dias: um dia para a Câmara Técnica – vamos ser propositivos – antes, no dia 04, um
804 dia de Câmara Técnica, pela manhã a apresentação e à tarde, em seguida...

805

806 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

807

808 Sérgio, só tem uma dificuldade operacional: há uma recomendação do próprio CIPAM, que não se faça reunião na
809 véspera da Plenária, inclusive na véspera de reunião, até porque tem reunião do próprio CIPAM à tarde e CNEA.
810 Então, nós teríamos um prejuízo de uma recomendação do próprio CIPAM, que eu estou vendo aqui que ele já
811 pautou à tarde para a reunião, e que todos os presidentes de Câmaras estão convocados para participar da
812 reunião. Ao mesmo tempo, eu vejo que é difícil nós, num dia só, tratarmos desses assuntos, por mais boa vontade
813 que nós tenhamos, é complexo. Então, eu gostaria de voltar ao mês de junho, se fosse possível. Então, nós
814 fazemos o seguinte: se não chegarmos ou nos 23 e 24, na quinta e sexta ou então nos 27 e 28, segunda e terça,
815 para não ficar muito no meio da semana, e nós termos prejuízo, já que temos que trabalhar (...). Ou nos dias 23 e
816 24, quinta e sexta ou na segunda e terça da semana seguinte, que são 27 e 28. Aí terça-feira à noite nós
817 estaremos retornando para casa, e só retornaremos aqui na segunda-feira à tarde ou na terça-feira para a reunião
818 Plenária. Qual é a proposta? Ficam as duas hipóteses.

819

820 **Zuleica Nycz – APROMAC**

821

822 Dias 27 e 28, para nós é melhor porque dois dias que ganhamos são dois dias de prazo regimental.

823

824 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

825

826 Então, eu vou deixar o seguinte, Zuleica, eu vou deixar as duas propostas no *site*, onde eu tiver maior quorum, eu
827 defino.

828

829 **Não Identificado**

830

831 Votamos aqui.

832

833 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

834

835 Mas tem mais dois.

836

837 **Não Identificado**

838

839 Mas vamos ver aqui, se aqui já tiver consenso...

840

841 **Não Identificado**

842

843 Eu sugiro uma prévia. (...).

844

845 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

846

847 Então, vamos fazer uma prévia. Então, propõe as suas datas: 23 e 24 ou 27 e 28?

848

849 **Sérgio Antônio Gonçalves – Ministério das Cidades**

850

851 27 e 28.

852

853 **Zuleica Nycz – APROMAC**

854

855 27 e 28.

856

857 **Alexandre Valadares Mello – CNI**

858

859 27 e 28.

860

861 **Cláudio Darwin Alonso – Governo de São Paulo**

862

863 Está bom.

864

865 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

866

867 Então, ficaram aprovados os dias 27 e 28. Está fechado. É um processo democrático.

868
869
870
871
872
873
874
875
876
877
878
879
880
881
882
883
884
885
886
887
888
889
890
891
892
893
894
895
896
897
898
899
900
901
902
903
904
905
906
907
908
909
910
911
912
913
914
915
916
917
918
919
920
921
922
923
924
925
926
927
928
929

Cláudio Darwin Alonso – Governo de São Paulo

Eram só três. Nós poderíamos arrumar quatro, mas não é o caso.

Bertoldo Silva Costa – ABES

Alonso, agora eles não vão ter mais o argumento... Os dois Pedidos de Vistas têm que ser atendidos para dias 27 e 28, os dois relatores que deram vistas nos Pneus. Então, vão vir com o Pneus redondinho aqui, bonitinho.

Sérgio Antônio Gonçalves – Ministério das Cidades

Eu e a Zuleica queríamos para julho, mas vamos aceitar para junho.

Cláudio Darwin Alonso – Governo de São Paulo

Mas se nós formos rigorosos, vocês têm que entregar até dia 20 o parecer. Isso é interessante, porque pediu vistas, sabe que tem prazo para entregar.

Bertoldo Silva Costa – ABES

Nós gostaríamos que fizessem o Substitutivo, mas façam uma coisa para... Então, eu acho que a matéria está esgotada. A palavra está em aberto, se alguém tiver alguma manifestação. A pauta da reunião de 27 e 28 vai ser: apresentação da Política Nacional de Saneamento Básico, pelo Ministério das Cidades. Vai ser uma manifestação, (...) de discussão também, Sérgio, como vai ser o encaminhamento?

Sérgio Antônio Gonçalves – Ministério das Cidades

A idéia é nós trazermos o projeto e fazermos em *Power Point* a apresentação do projeto, do significado, e termos um tempo para perguntas e esclarecimentos, senão apresentar por apresentar não daria a sustentação que necessita se ter.

Alexandre Valadares Mello – CNI

Esse projeto já está disponível?

Sérgio Antônio Gonçalves – Ministério das Cidades

Já está disponível na Câmara dos Deputados e no *site*, e no *site* do Ministério das Cidades também. Então, aproveitando: no Ministério das Cidades, nós temos um *site* da Política, que seria muito mais interessante que o da Câmara, no sentido de que lá tem a Exposição de Motivos Presidencial, tem o projeto na íntegra e tem quatro pareceres de quatro juristas nacionais sobre o projeto.

Zuleica Nycz – APROMAC

E está aberto para sugestões e emendas ainda?

Bertoldo Silva Costa – ABES

Então, num período nós vamos ouvir a proposta da Política encaminhada pelo Ministério das Cidades. E nesse mesmo período nós vamos discutir ou delibera também sobre a questão a indicação do novo representante da APROMAC, dos Transportes Intermunicipais e também nesse período, eu quero ver se no período todinho, numa parte da manhã ou numa tarde, nós fechamos esse bloco, que eu acho que é possível, com a definição do Lodo, é isso? Do GT de Lodo, que fecha. E aí fica uma pauta livre só para discutir Pneus.

Cláudio Darwin Alonso – Governo de São Paulo

Perdão, o que tem o do Lodo, que me interessa?

Bertoldo Silva Costa – ABES

Do Lodo, que o Junqueira vai apresentar para nós toda a pauta da reunião do GT. É isso?

930
931
932
933
934
935
936
937
938
939
940
941
942
943
944
945
946
947
948
949
950
951
952
953
954
955
956
957
958
959
960
961
962
963
964
965
966
967
968
969
970
971
972
973
974
975
976
977
978
979
980
981
982
983
984
985
986
987
988
989
990
991

Zuleica Nycz – APROMAC

Não. Eu acho que era o Doutor Luiz Heckmaier...

Bertoldo Silva Costa – ABES

Era o Heckmaier, eu fiz confusão. O do Lodo, ele vai entregar para nós... O Heckmaier... O Governo do Rio de Janeiro coordenou o trabalho de Licenciamento Ambiental do Uso Agrícola de Lodo de Esgoto. É regulamentação de uso agrícola de lodos de esgotos.

Cláudio Darwin Alonso – Governo de São Paulo

Sim, mas qual é a proposta?

Bertoldo Silva Costa – ABES

A proposta é que ele vai encaminhar para nós essa proposta de resolução e nós vamos pautá-la para a próxima reunião.

Cláudio Darwin Alonso – Governo de São Paulo

Quer dizer que vai ser só formalmente essa então?

Bertoldo Silva Costa – ABES

Só formalmente ela. E nós vamos tomar conhecimento e vamos ver o encaminhamento futuro.

Zuleica Nycz – APROMAC

E o GT da Simplificação também...

Bertoldo Silva Costa – ABES

No máximo o Junqueira dá um informe para nós sobre o encaminhamento que ele vai fazer. É isso? Então, está fechado. À tarde, às 14h, nesta sala aqui, nós vamos ter a nossa reunião sobre uma apresentação sobre a proposta de Política Nacional de Resíduos Sólidos. Ele não é deliberativo porque o Projeto de Lei foi feito agora de manhã. Ele é informativo, dentro do contexto de que esse assunto saia apenas como um encaminhamento futuro à Casa Civil, pelo Ministério, dessa matéria, já que nós não podemos, em nível de regulamento, propor Projeto de Lei. Então, é mais um documento que foi ouvido e passou já... No seminário passado, em agosto do ano passado, a própria Câmara fez um seminário, pegou contribuições e esse documento foi sistematizado e hoje nós vamos trabalhar, ouvir a sistematização e definir os encaminhamentos. Obrigado e até à tarde. Nós voltaremos às 14h.

(Intervalo para almoço)

Bertoldo Silva Costa – ABES

Boa-tarde a todos. Eu gostaria de dar início aos trabalhos da tarde. E a reunião da Câmara Técnica de Saúde e Saneamento de Resíduos Sólidos, com a presença do Deputado Zica; do Doutor Rudolf, da SQA; do Doutor Nilo também, nosso diretor do CONAMA. A nossa intenção é concluir um ciclo de trabalhos já de longa data no CONAMA, onde nós desde que fizemos uma minuta, uma proposição, um momento, em 99, e depois, no ano 2000, o CONAMA pediu que fizéssemos uma rediscussão dessa matéria e fizéssemos uma nova contribuição. Nós agendamos uma série de reuniões. Fizemos um seminário em agosto do ano passado, onde muitos de nós participamos. Ocorreu naquele momento uma série de contribuições vindas, tendo como referência um documento original do CONAMA, para ser sistematizado. E a Câmara, junto com a Secretaria de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, fez um trabalho amplo de sistematização das informações. E a intenção hoje é apresentar esse documento, esse resultado do trabalho, feito como fruto daqueles documentos e daquelas contribuições daquela época. Esse documento está aqui pronto. E a nossa intenção hoje é, ouvida a SQA, continuar esse processo de sistematização do trabalho; ouvido o Deputado e todos os presentes também, algumas contribuições que possam ser feitas e dar o encaminhamento final a esse processo. E com isso, nós pensamos que temos concluído uma fase inicial ou preliminar importante porque a partida do jogo mal começou, vai começar

992 quando sair daqui, a discussão mais forte da Política Nacional de Resíduos Sólidos, mas passamos a ter junto no
993 pensamento do Meio Ambiente uma contribuição importante na questão da Política Nacional de Resíduos Sólidos
994 do País. Eu acho que não vamos fazer Mesa, Nilo, o que você acha? Vamos propor uma Mesa aqui? Vamos fazer
995 uma Mesa? Porque tem o *data-show*. Deputado Zica concorda que fiquemos assim, Deputado? Porque vai ter a
996 exposição no *slide*, e fica mais espaço. Então, eu vou convidar o Rudolf, Diretor da SQA, para fazer a exposição
997 da matéria com mais propriedade.
998

999 **Nilo Sergio de Melo Diniz - Diretor do CONAMA**

1000
1001 Uma informação rápida, apenas para explicar: esta reunião de hoje, esta reunião ampliada da Câmara nessa parte
1002 que vai dedicada aqui à apresentação do Anteprojeto de Política Nacional de Resíduos Sólidos, o Secretário
1003 Cláudio Langone tinha agendado para vir, em função da importância dessa iniciativa do Ministério e do CONAMA,
1004 com a presença aqui do Diretor da Secretaria de Qualidade Ambiental, Doutor Rudolf; do Deputado Federal,
1005 Luciano Zica, que é uma liderança já reconhecida nessa área de atuação; aqui, o Assessor também da Bancada
1006 do PT, na Câmara dos Deputados, o Senhor Titan de Lima, que também tem um trabalho já de longa data dessa
1007 área. Então, infelizmente ele foi acompanhar a Ministra ao Rio, na abertura de um seminário sobre
1008 desenvolvimento sustentável, no Rio de Janeiro, e não pôde comparecer, mas pediu que eu desse aqui um “alô”
1009 no sentido de destacar a importância que o Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria e o Gabinete da Ministra
1010 vem dando para essa iniciativa, por parte do CONAMA e da Secretaria de Qualidade Ambiental do Ministério. É só
1011 isso. E vamos ao trabalho.
1012

1013 **Rudolf de Noronha – MMA/SQA**

1014
1015 Boa-tarde a todos. Eu sou Rudolf de Noronha. Eu sou Diretor da Secretaria de Qualidade Ambiental. E hoje nós
1016 estamos aqui como o final de uma das etapas do encaminhamento da proposta de Anteprojeto de Lei, que a nossa
1017 equipe tem trabalhado, com base na sistematização das propostas advindas do seminário do próprio CONAMA.
1018 Então, a palavra-chave desse nosso trabalho é “sistematização”. Nós partimos da base que já existia, agregando
1019 então as contribuições e temos conversado, dentro do Governo, com diversos setores interessados, principalmente
1020 o pessoal do Ministério das Cidades e da FUNASA e também com outras pessoas que nós temos procurado. O
1021 próprio Titan de Lima tem nos apoiado muito. E hoje vamos apresentar para vocês esse texto que estaremos
1022 enviando à Casa Civil. A Casa Civil também certamente lá eles vão fazer algumas alterações basicamente, em
1023 geral de técnica legislativa, mas também muitas vezes entram no conteúdo das questões. Eu queria apresentar a
1024 vocês a nossa equipe: o Doutor Borzino, que eu não estou vendo, que está aqui, que é o nosso gerente do
1025 Programa Nacional de Resíduos Sólidos. Então, foi ele com a equipe que produziram esse documento que nós
1026 vamos observar agora. Está aqui a Doutora Maria Sílvia de Oliveira, que é nossa Assessora Jurídica; a Doutora
1027 Sílvia Astolpho, nossa engenheira, que coordenou a parte técnica dos trabalhos. Mas antes de nós começarmos,
1028 eu queria passar a palavra ao Deputado, que o Deputado está dizendo que talvez tenha que sair antes da
1029 conclusão do encontro. Se o Bertoldo me permitir, eu queria parabenizar o Bertoldo também pela reeleição à
1030 Presidência da Câmara Técnica. E acho que podíamos ouvir um pouco o Deputado, sobre as suas impressões
1031 desse encaminhamento.
1032

1033 **Luciano Zica – Deputado Federal**

1034
1035 Bom, em primeiro lugar uma boa-tarde a todos vocês membros do CONAMA, representantes do Ministério, que
1036 fizeram um esforço extraordinário no sentido de cumprir uma etapa na discussão da Política Nacional de Resíduos,
1037 que infelizmente os governos anteriores não tiveram a sensibilidade para essa importância. Nós enfrentamos, no
1038 Congresso Nacional, esse debate na legislatura passada, mas sempre sem um elemento fundamental que era
1039 uma proposta de iniciativa do Executivo, que desse sustentação à correção de alguns problemas que nós
1040 enfrentamos, como a questão de vício de iniciativa em algumas propostas. Acho que nós estamos num momento
1041 histórico dessa elaboração da Política Nacional de Resíduos, onde o CONAMA e o Governo, conjuntamente,
1042 cumprem uma tarefa indispensável para o sucesso, no Congresso Nacional, da tramitação de uma lei nacional de
1043 resíduos. E, evidentemente, nós aqui hoje, provavelmente, assistiremos a apresentação de um texto que pode não
1044 contemplar 100% do que muitos de nós imaginamos para uma lei nacional de resíduos. E possivelmente, muitos
1045 de nós vamos imaginar uma série de sugestões de mudanças. E eu tenho partido, no Congresso Nacional, de uma
1046 premissa básica: nem um projeto sai de lá da forma como entra; pode melhorar ou piorar. E muitas das intenções
1047 de mudanças que nós teremos de enfrentar na elaboração dessa matéria serão objeto de um profundo debate que
1048 lá na Comissão Especial, que for constituída quando o projeto chegar, nós vamos ter a oportunidade de
1049 aprofundar, dirimir dúvidas e produzir a média da nossa possibilidade dos nossos desejos. E tenho certeza que
1050 todos nós, inclusive eu, por exemplo, em relação ao texto que está sendo discutido, eu tenho o sonho que é não
1051 ater apenas à questão dos resíduos urbanos, pensar na questão do lixo industrial, pensar na questão do Fundo e
1052 uma série de outras questões que nós teremos de aprofundar no debate lá no Congresso Nacional. Então, eu
1053 queria cumprimentar o Rudolf, e na pessoa dele, a toda a equipe e dizer que é privilégio ser Deputado no momento

1054 em que se abre o debate sobre a questão do saneamento ambiental, saneamento básico e na questão dos
1055 resíduos. Com a participação efetiva do Governo, que nos momentos do debate anteriormente, apesar do esforço
1056 de muitos técnicos do Ministério do Meio Ambiente ou de outros órgãos do Governo, o Governo em si não assumiu
1057 o seu papel no impulso a esse debate. E por isso nós acabamos parando depois de um grande esforço num
1058 momento que muita gente acreditou que poderia ser o momento de aprovação da Lei Nacional de Resíduos, mas
1059 felizmente, porque eu acho que nós podemos evoluir nesse período, e agora corrigir essas distorções. Eu quero
1060 ser como, fui ao debate da Comissão anterior, uma ferramenta de trabalho na construção da melhor política
1061 possível. E tenho certeza que o Titan, os técnicos do Ministério, do Governo estarão participando conosco,
1062 justamente com toda a sociedade da mesma forma como tivemos o debate lá na Comissão Especial anterior. E
1063 espero também que não tenhamos, principalmente agora que temos um projeto que será apresentado com a
1064 participação do CONAMA, com a participação do Governo, que será remetido para suprir a lacuna que nós
1065 enfrentávamos, que nós não precisemos cometer o erro que o Relator, na Comissão Especial anterior acabou
1066 cometendo, imbuído da melhor das intenções, que foi emitir um relatório preliminar que acabou engessando o
1067 debate até o final, e nós não conseguindo evoluir muito. Então, eu quero ser um membro desta Comissão, que
1068 tenha a capacidade de ouvir e de aproveitar o acúmulo, inclusive da Comissão anterior, mas que nós sejamos fiéis
1069 a uma necessidade que o País tem da maior urgência de formulação de uma Política Nacional de Resíduos. Eu
1070 quero desejar a todos nós uma boa temporada de trabalho e me colocar inteiramente à disposição, como membro
1071 que serei da Comissão. E existe a possibilidade de sermos designados para a Relatoria. É desejo de alguns
1072 segmentos, de outros nem tanto, mas eu estarei lá, como Relator ou não, inteiramente à disposição para
1073 aprofundar esse debate e dirimir as divergências que eventualmente possamos encontrar para que possamos
1074 fazer não o projeto dos meus sonhos ou dos sonhos do Titan ou quem sabe do Rudolf ou de militantes tantos
1075 outros ou do Borzino que participa... Eu participo junto com ele desse debate há muitos anos. Mas uma lei nacional
1076 que exprima a necessidade nacional da média daqueles que estão trabalhando e elaborando essa proposta.
1077 Então, eu desejo um bom trabalho para todos nós. Eu vou assistir, enquanto der. Eu estou incumbido hoje de
1078 discutir lá na Câmara a Medida Provisória 239, que estabelece um regramento para a questão das unidades de
1079 conservação e unidades de preservação ambiental na questão das florestas nacionais que está na pauta,
1080 trancando a pauta já hoje. E nós fechamos uma negociação com o relator, mas eu terei de estar lá para discutir no
1081 Plenário. Por isso eu possa ter que sair a qualquer momento. Então, boa tarde para nós e um bom trabalho.

1082 **Rudolf de Noronha – MMA/SQA**

1083 Eu quero agradecer ao Deputado as palavras e o prestígio de nos acompanhar aqui hoje nessa apresentação. E já
1084 vamos dar início... Então, eu chamo o Doutor Borzino para capitanear aqui a apresentação da nossa proposta.

1085 **Marco Antônio Borzino - MMA**

1086 Obrigada, Rudolf. Boa-tarde a todos. Na realidade, eu gostaria de fazer um resgate histórico do que ocorreu e do
1087 que vem ocorrendo com as tentativas para que o Brasil tenha uma política nacional de resíduos sólidos. No final da
1088 década de 80 começam a surgir as primeiras iniciativas, iniciativas parlamentares para definição de uma política de
1089 resíduos sólidos. E começou também no Governo, nessa época, uma discussão interna sem que houvesse
1090 grandes significados. Havia uma discussão técnica, como o Deputado Zica falou. E logo após isso, em 1991,
1091 surgiu um o PL, o 203, que a ele foram apensados todos os demais Projetos de Lei relacionados a resíduos
1092 sólidos. Hoje são mais de setenta projetos apensados a esse PL 203, de 1991. Como havia uma discussão no
1093 Governo e havia uma discussão na sociedade, o CONAMA criou, em 1998, um Grupo de Trabalho para discutir
1094 justamente... Para elaborar uma proposta de texto para ser encaminhada ao Congresso. O nosso companheiro
1095 Roberto foi o coordenador desse Grupo de Trabalho; ele e a Jacimara, à época. E foi um trabalho bastante
1096 intenso, bastante participativo em termos de sociedade. Foram 35 entidades que participaram. Foram dezoito
1097 reuniões, mas não eram reuniões de apenas um período. Certamente diversos de vocês participantes aqui tiveram
1098 contribuições dar naquele Grupo de Trabalho. Eram reuniões de dois a três dias direto. Foi apresentada uma
1099 proposta de texto ao Conselho do CONAMA. Foi aprovado em julho de 98, aprovado com uma proposição. Depois
1100 disso parou, por um motivo ou outro, por questões jurídicas e coisas assim parou no Governo, não chegou a ser
1101 publicada e não chegou a ser encaminhada à Câmara dos Deputados. Em 2001, no Congresso Nacional, foi criada
1102 a Comissão Especial da Política Nacional de Resíduos, tendo como capeamento o PL 203. Essa Comissão foi
1103 constituída, na realidade, em 2000, instalada em 2001 e terminou em 2003 sem que pudesse ser apreciado o
1104 Substitutivo do Emerson Kapaz. Nessa época ocorreram alguns movimentos, talvez uma proposta do Deputado
1105 Luciano Zica, que não chegou a ser apresentada, como uma subemenda substitutiva e também a do Kapaz. Como
1106 eu já falei, ela não conseguiu ser apreciada porque, conforme o Deputado Zica colocou, houve problemas de
1107 incompatibilidade com os diversos setores do Governo, sociedade, setor produtivo, que não a quiseram apreciar.
1108 Em 2004, o Governo Federal, o Ministério do Meio Ambiente, retomou as discussões. Então, participaram diversos
1109 órgãos do Governo Federal, principalmente os órgãos do Ministério do Meio Ambiente, mas também com a
1110 participação do GTI - Grupo de Trabalho Interministerial de Saneamento Ambiental. Esse Grupo de Trabalho
1111 Interministerial de Saneamento Ambiental, ele foi criado pelo Presidente Lula para que discutisse a questão do

1116 saneamento ambiental no Governo. Nós temos aqui o Doutor Sérgio Gonçalves, que é Diretor da Secretaria de
1117 Saneamento. E o trabalho foi um trabalho intenso, foi um trabalho que rapidamente ele... No Governo Federal
1118 haviam 25 programas relacionados ao saneamento ambiental e cerca de sessenta ações em diversos Ministérios.
1119 E esses programas e essas ações dos diversos Ministérios não conversavam entre si. Então, a partir do PPA
1120 2004/2007, esses programas e essas ações foram extintas e criados apenas cinco programas: o de Saneamento
1121 Ambiental Urbano, que é coordenado pelo Ministério das Cidades, com ações em outros Ministérios; o de
1122 Drenagem Urbana, coordenado pelo Ministério da Integração, com ações também em outros Ministérios; o de
1123 Resíduos Sólidos Urbanos, com ações no Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Cidades, FUNASA,
1124 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Trabalho e Emprego, coordenado pelo
1125 Ministério do Meio Ambiente; o Conviver e o Saneamento Rural - o Saneamento Rural é coordenado pela
1126 FUNASA. Foi fundamental a participação do GTI também na consolidação desse trabalho. Em agosto de 2004, foi
1127 realizado o CONAMA. E esse seminário que originou toda essa proposta que nós estamos trazendo agora teve
1128 uma grande participação: o Governo, Caixa, ANVISA, Ministério do Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Social
1129 e Combate à Fome, Cidades, IBAMA, ANA - Agência Nacional de Águas, Petrobrás, Câmara dos Deputados, os
1130 órgãos ambientais estaduais, ABRs, ABEMA, ABEPET, ABES, ABRELP, ABPL, ASCAMAR, CNI, CNC, FIESP,
1131 CIESPE, CEMPRE, universidades, empresas, consultorias, prefeituras municipais e setor produtivo, ou seja, esse
1132 seminário, o texto vez foi justamente o texto aprovado no Conselho do CONAMA, em 1999. E agora em 2005, o
1133 Secretário de Qualidade Ambiental criou o Grupo de Trabalho, coordenado por mim, com a participação da
1134 Engenheira Sílvia Astolpho, que vai falar daqui a pouco; da Maria Sílvia e da Maria Cândida. E o objetivo, como foi
1135 colocado aqui pelo Doutor Rudolf, foi de sistematizar as contribuições, ou seja, a proposta não era inventar nada
1136 porque nós temos certamente um acúmulo de discussões desde 1998, quando foi criado o Grupo de Trabalho do
1137 CONAMA. E a partir disso, em 99, depois de 2001 a 2003, com a Comissão Especial e as audiências públicas.
1138 Então, o acúmulo foi bastante grande. As contribuições no seminário do CONAMA, do ano passado, foram
1139 bastante interessantes. Então, nós vemos aqui mostrar como foi a sistematização e o que resultou dessa
1140 sistematização. Então, no centro está a Proposta CONAMA. Essa Proposta CONAMA foi quê? Foram
1141 contribuições diversas, foram notas técnicas, as convenções internacionais, as leis, ou seja, o princípio da
1142 constitucionalidade, os Projetos de Lei existentes na Câmara e a literatura técnica. E dessa proposta do CONAMA
1143 desse seminário do CONAMA, nós tivemos então o nosso PL, ou seja, esse PL que estamos apresentando agora.
1144 O PL, como já vinha sendo tratado, ele trabalha uma rede articulação, rede articulação Governo, Ministérios e
1145 órgãos federais, estados, Distrito Federal, municípios e representações da sociedade. Todos nós sabemos que é
1146 fundamental para a questão de resíduos sólidos que haja uma participação diuturnamente de cada membro da
1147 sociedade, e, claro, certamente, com participação efetiva dos responsáveis pela geração, dos responsáveis pelo
1148 manejo e pelo gerenciamento e pela gestão dos resíduos. Eu agora vou passar para a Sílvia Astolpho, para ela
1149 trabalhar um pouco com vocês também porque tem algumas novidades, e eu acho que seria bom que ela
1150 colocasse para vocês.

1151
1152 **Sílvia M. Astolpho – SQA/MMA**

1153
1154 Boa-tarde a todos. Eu vou tentar passar para vocês o conteúdo do PL, já o que o PL diz na integração das ações.
1155 Então, o Ministério do Meio Ambiente, junto com os outros Ministérios, órgãos federais, estados, Distrito Federal,
1156 municípios, representações organizadas da sociedade, adotará formas para coordenar a implementação da
1157 Política de Resíduos Sólidos no País; articular as ações relativas ao gerenciamento e manejo dos resíduos sólidos;
1158 estabelecer programas e políticas que dêem preferência ao consumo de materiais reciclados e recicláveis; garantir
1159 o acesso à informação, à participação social de toda a sociedade, no que diz respeito ao gerenciamento e manejo
1160 desses resíduos sólidos. Foram adotados três conceitos básicos, que eu acho que é importante que nós
1161 interpretemos antes de entrar nesse PL: gestão, gerenciamento e manejo integrado de resíduos sólidos, logística
1162 reversa, resíduos e rejeito. Para resíduos, quando trabalhamos com a palavra “resíduos”, nós vamos trabalhar com
1163 o descarte da produção e do consumo e com os resíduos provenientes do sistema de limpeza pública. E rejeitos
1164 são aqueles resíduos sólidos que não têm aproveitamento econômico por nenhum processo tecnológico disponível
1165 e acessível, isto é, ele passa a ser resíduo depois que ele não tem o seu aproveitamento em larga escala em todas
1166 as escalas, e ele passa a ser rejeito, que focaliza a disposição final. Então, aqui os conceitos que foram
1167 trabalhados, as limitações dos conceitos: para gestão - gestão integrada de resíduos sólidos; ela vai definir a
1168 política. Esse conceito é a definição pura da política de resíduos sólidos. Gerenciamento - é o que vai implementar
1169 a política, é o que foi definido na gestão. E manejo - vai operacionalizar a implementação da política. Então, nós
1170 definimos os limites para cada nomenclatura dessas. A gestão e o Plano de Gestão Integrado - como eu disse, a
1171 gestão vai definir a política; o Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos - deverá ser executado pelo estado,
1172 Distrito Federal e municípios. Ele vai compreender o que, essa definição da política compreende o quê? As ações
1173 referentes à tomada de decisão política estratégica quanto aos aspectos institucionais, operacionais, financeiros,
1174 sociais e ambientais relacionados aos resíduos sólidos. Esse plano a ser elaborado pelo estado, Distrito Federal e
1175 município, ele deve ser publicado, ele tem caráter público. Ele vai fornecer as diretrizes para a construção do Plano
1176 de Gerenciamento do Distrito Federal e dos municípios. Então, são horizontes que estão limitados. O Plano de
1177 Gestão define a política. Definindo a política, nós passamos para o Plano de Gerenciamento. O Plano de

1178 Gerenciamento vai implementar a política que foi definida lá atrás. Quem está sujeito ao Plano de Gerenciamento,
1179 à elaboração de um plano de gerenciamento? O Distrito Federal, os municípios e os demais geradores. Tomada
1180 de decisão estratégica quanto ao desenvolvimento e implementação das ações definidas no Plano de Gestão
1181 Integrado de Resíduos Sólidos: esse Plano de Gestão deve ser elaborado de forma a possibilitar a elaboração e a
1182 implementação de um plano de manejo. Ele deve ser aprovado pela OEMA e deve ser publicado. Ele tem caráter
1183 público também. O Plano de Manejo Integrado: ele vai operacionalizar a implementação da política, do Plano de
1184 Gestão. Ele deve ser só disponibilizado para consulta. Na verdade, ele deve fazer parte do Plano de
1185 Gerenciamento e ele vai operacionalizar as etapas da segregação, coleta, manipulação, acondicionamento,
1186 transporte, armazenamento, transbordo, triagem, tratamento, comercialização, logística reversa, disposição final
1187 dos rejeito, observadas as diretrizes estabelecidas no Plano de Gerenciamento. Quem está sujeito a esses
1188 planos? O poder público enquanto estado, Distrito Federal e município, ele terá que elaborar o seu plano de
1189 gestão, a política que deve ser publicada, a política para os resíduos sólidos. E os geradores? Distrito Federal,
1190 municípios e demais geradores; o Plano de Gerenciamento a ser aprovado pela OEMA e publicado e o Plano de
1191 Manejo, que tem que ser disponibilizado para consultas. Quem são os demais geradores? Fabricantes,
1192 importadores, distribuidores, comerciantes, prestadores de serviços, prestadores de serviços de saúde, empresas
1193 de construção civil e demolição e demais fontes regulamentadas. Logística Reversa: como foi trabalhado o
1194 conceito, esse instrumento Logística Reversa, dentro de desse PL? A Logística Reversa é o conjunto de ações,
1195 procedimento e meios destinados a facilitar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao centro que o produziu
1196 para o seu reaproveitamento na forma de novas matérias-primas em seu processo produtivo ou de terceiros, seu
1197 tratamento e disposição final adequada dos rejeitos. O escopo da Logística Reversa trabalhada no PL? Trazer ao
1198 conhecimento do gerador os impactos provocados pela geração de seus resíduos sólidos, bem como incentivar a
1199 revisão contínua de seu processo produtivo e alertar sobre a possibilidade da geração de novos empregos durante
1200 o fluxo reverso; demonstrar ao gerador que a sua responsabilidade sobre o produto não termina quando do
1201 consumo, mas sim que a mesma permanece durante todo o ciclo de vida; incentivar o uso de novas tecnologias; o
1202 desenvolvimento de novos produtos, assim como incentivar as ações da responsabilidade social, ações de
1203 valorização do produto e a abertura de mercado externo. O que diz a Logística Reversa? Nós estamos
1204 instrumentalizando com o Sistema de Logística Reversa ou com parte da Logística Reversa porque o Sistema da
1205 Logística Reversa só acontece se eu tenho o fluxo do resíduo e a volta desse fluxo que me dá o sistema. Eu tenho
1206 a minha geração de resíduos. Se eu trabalhar, no primeiro patamar, na não geração, na prevenção, na redução
1207 dos resíduos sólidos, eu tenho já um retorno. Eu tenho resíduos. A minha geração de resíduos... Nós vamos
1208 trabalhar primeiro com o traço contínuo, que são os resíduos gerados na produção; e o resíduo do poder público,
1209 com o traço descontínuo. Se eu trabalho com a prevenção, a não geração, já apresenta um retorno nesse sistema,
1210 eu tenho dupla geração de resíduos dentro do fluxo produtivo. Eu tenho o meu resíduo, que está no centro
1211 produtivo da minha produção, na verdade, da minha planta de fábrica e eu tenho o meu produto. Isso é básico e
1212 isso é claro. Do meu centro produtivo, eu vou trabalhando esse patamar primeiro. Eu vou chamar de Geração
1213 Primária de Resíduos Sólidos. Eu não tenho consumo. Então, eu tenho a minha geração de resíduos, a minha
1214 geração primária de resíduos sólidos. E quando ele chega a virar realmente resíduos, eu vou chamar de resíduo
1215 reverso. Eu tenho aqui o meu resíduo reverso. Qual é o diferencial quando eu entro na desmistificação do pós-
1216 consumo: eu trabalho com pós-consumo ou eu agrego o pós-consumo nesse ponto? Eu trabalhei com ele aqui,
1217 chamei de resíduo reverso; se eu quisesse, eu também poderia chamar de resíduo pós-consumo, que essa
1218 equação é verdadeira. Então, eu trabalho com resíduo pós-consumo. Optei por chamar resíduo reverso. Trago ele
1219 num segundo patamar. Eu vou lá buscar as minhas organizações de catadores; eu vou dar prioridade, buscar
1220 outras formas de organizações na sociedade para que eu possa trabalhar e me ajudar no manuseio, no
1221 gerenciamento e no manejo desses resíduos. Eu já tenho o meu processo de gestão trabalhado, estou trabalhando
1222 no meu processo de gerenciamento, tenho o meu resíduo de primeira geração, busquei as organizações, eu vou
1223 gerar emprego e renda e venho à minha empresa, e tenho que identificar as minhas oportunidades. Essas
1224 identificações, por certo que se sabe que já trazemos no histórico de normas internacionais, 9.000, que é do meu
1225 processo, e da 9001 e da 14.001. Então, eu trabalho da mesma forma dentro do meu ciclo: identifico as minhas
1226 oportunidades com esses resíduos ou eu absorvo no meu próprio centro produtivo ou eu procuro outros centros
1227 para dispor. Aqui já nasce... Nós temos lá dentro do anteprojeto da política o nosso Cadastro Técnico Federal de
1228 Atividades Potencialmente Poluidoras em que abre margem para que eu trabalhar com a minha Bolsa Nacional de
1229 Resíduos. Nós já temos as nossas bolsas locais. A política vai incentivar o trabalho com bolsas locais, estaduais e
1230 com a nacional de resíduos. Eu busco outros centros produtivos ou eu absorvo na minha produção ou em outros
1231 centros. Faço essa absorção. O que eu não aproveito, o que não consigo aproveitar mais nem na minha, nem em
1232 outros centros, eu vou chamar de rejeito e levo para a disposição final, que é o mínimo do mínimo. E o outro
1233 resíduo eu já absorvi no meu processo. Se eu trabalho com o meu produto, eu tenho o meu produto, eu produzo,
1234 tenho o meu consumo, eu tenho a minha geração secundária de resíduos. Eu vou encontrar formas de
1235 disponibilizar centro de coletas para esse resíduo com quem? Dando prioridade às organizações de catadores.
1236 Trabalho com os meus resíduos reversos da mesma maneira, identifico as minhas oportunidades. O que eu
1237 consigo absorver no meu processo produtivo, eu absorvo; o que eu não consigo absorver, eu detecto outras
1238 oportunidades através de outros centros produtos; o que eu aproveito volta para a minha planta; o que eu não
1239 aproveito, disposição final. Para o meu resíduo público, resíduo dos municípios? É da mesma forma: eu trabalho

1240 no patamar da não geração, prevenção e redução de resíduos. Eu tenho resíduos do meu consumo. Então, nós
1241 estamos chamando de geração primária e geração secundária também. Trabalho com resíduo reverso, com a
1242 lógica do resíduo reverso, busco prioritariamente as organizações de catadores. Eu tenho aqui ações de
1243 tratamento para resíduos municipais. Identifico as minhas oportunidades. O município vai ter essa vantagem de
1244 conseguir identificar as oportunidades e fazer a réplica para outros municípios. Absorvo no meu próprio centro, no
1245 meu próprio município ou então disponibilizo. O que eu não consigo disponibilizar para outros centros, eu faço a
1246 minha disposição final, e assim fecha o ciclo dando uma instrumentação para a política. Então, a Logística Reversa
1247 vem como instrumento de desenvolvimento econômico, ambiental e social, e vem objetivando promover ação para
1248 garantia do fluxo de retorno dos resíduos sólidos gerados para a própria cadeia produtiva do gerador ou para
1249 outras cadeias produtivas, que é a nossa bolsa de resíduos; reduzir a poluição e o desperdício de materiais
1250 associados à geração de resíduos sólidos. Nós estamos no primeiro patamar, trabalhando na prevenção, na não
1251 geração e na redução de resíduos; proporcionar maior incentivo à substituição dos insumos por outros que não
1252 degradem o meio ambiente; compatibilizar os interesses conflitantes entre os agentes econômicos, ambientais,
1253 sociais, culturais e políticos que atuam nos municípios; promover o alinhamento entre os processos de gestão
1254 empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental com o objetivo de desenvolver estratégias sustentáveis.
1255 Eu vou trabalhar ali na minha identificação de oportunidades. Estimular a produção e o consumo de materiais
1256 derivados de materiais recicláveis e reciclados; proporcionar que as atividades produtivas alcancem um marco de
1257 eficiência e sustentabilidade. É a lógica da Logística Reversa colocada nesse PL. Na implementação? Prevenir a
1258 geração dos resíduos sólidos; reduzir os resíduos sólidos na sua origem; reutilizar os materiais maximizando o
1259 nível de rotação do sistema reverso; implementar sistemas de recuperação de resíduos sólidos, na forma de novas
1260 matérias-primas, novos produtos em outros ciclos produtivos. Ela vai admitir também um sistema de logística
1261 reversa, admite também projetos consorciados para formatar e regular o mercado de resíduos sujeitos à
1262 reutilização e o tratamento; incentivar o desenvolvimento desse mercado; viabilizar a infra-estrutura necessária
1263 para a coleta, tratamento e comercialização dos resíduos sólidos na forma de novas matérias-primas. Quais as
1264 obrigações que o PL coloca, que o PL nos traz? Para os fabricantes e importadores: primeira obrigação, adotar
1265 tecnologias de modo a absorver ou a reaproveitar os resíduos sólidos reversos; segunda, coletar os resíduos
1266 sólidos e dar disposição final ambientalmente adequada aos rejeito, sob pena de responder civil e criminalmente
1267 nos termos da legislação ambiental; terceira, articular com sua rede de comercialização a implementação da
1268 estrutura necessária para garantir o fluxo reverso dos resíduos gerados; garantir que sejam impressas em locais
1269 visíveis e destacados, nos materiais que acondicionam os produtos de sua responsabilidade, informações sobre as
1270 possibilidades de reutilização e tratamento, advertindo o consumidor quanto aos riscos ambientais resultantes de
1271 seu abandono no solo, nos cursos d'água ou em qualquer outro local que não previsto em lei, ou autorizado pelo
1272 órgão ambiental competente, bem como divulgar, por meio de campanhas publicitárias, programas e mensagens
1273 educativas de combate ao descarte indevido e inadequado no meio ambiente dos resíduos sólidos dos produtos de
1274 sua responsabilidade. Para os revendedores, comerciantes e distribuidores: receber, acondicionar e armazenar
1275 temporariamente, de forma ambientalmente segura, os resíduos sólidos reversos do sistema. Nós não podemos
1276 esquecer ali que nós temos as organizações de catadores como prioridade. Lançar mão delas para que nos ajude
1277 nessas duas obrigações. Garantir o recebimento, criar e manter postos destinados à coleta dos resíduos sólidos do
1278 sistema reverso e informar ao consumidor a localização desses postos. Aos consumidores: após a utilização do
1279 produto, efetuar a entrega dos resíduos sólidos reversos aos comerciantes e distribuidores ou destiná-los a postos
1280 de coletas especificados. Procedimentos especiais ou diferenciados: o PL traz um detalhamento sobre os
1281 procedimentos a serem adotados com resíduos perigosos ou com resíduos de grande volume. A metodologia a ser
1282 empregada no manuseio desses resíduos sólidos especiais ou diferenciados, que por sua classificação e
1283 especificidades necessitem de procedimentos peculiares será objetivo de regulação no Plano de Gerenciamento
1284 Integrado de Resíduos Sólidos do ente público interessado. Uma política nacional não tem como raciocinar ou
1285 como saber a especificidade de cada resíduo que está sendo utilizado. Então, é muito mais fácil trazer essas
1286 especificações para o Plano de Gerenciamento. Nós temos o Plano de Gestão ditando a regra maior. O Plano de
1287 Gerenciamento vai nos trazer como manusear esses resíduos que hoje eu tenho que trabalhar, que está sendo
1288 trabalhado no meu estado, na minha empresa. Então, traz essa liberdade de nós podermos definir e podermos
1289 trazer as regras para atuar ao Plano de Manejo. Instrumentos econômicos e financeiros: o poder público, 120 dias
1290 para propor alternativas de fomento e incentivos creditícios, fiscais e financeiros para indústrias ou instituições. A
1291 União: deve estruturar linhas de financiamento para atender as iniciativas ambientais. Instituições oficiais de
1292 crédito: facilitar as operações de crédito e de financiamento. Os fatores condicionantes: aprovação do nosso Plano
1293 de Gerenciamento é a condição prévia para o recebimento dos incentivos e financiamentos. As políticas estaduais
1294 de resíduos sólidos é o fator condicionante para repasses e financiamentos. A prioridade: terão prioridade na
1295 concessão de benefícios financeiros e creditícios as instituições públicas e privadas que promovam ações
1296 complementares e consonantes com esse PL. Preços públicos, tarifas, taxas serão instituídas pelo Distrito Federal
1297 e municípios e poderão ser mensuradas com base em: valores unitários - deverão ser estabelecidos de forma
1298 progressiva para as diversas categorias de geradores, distribuídas por faixas ou quantidades crescentes de
1299 utilização dos serviços, tendo como referência o valor médio estipulado com base nos custos reais do conjunto de
1300 serviços prestados como forma de garantia e possibilitar o equilíbrio econômico-financeiro da prestação desses
1301 serviços. Valores unitários diferenciados: para uma mesma categoria ou distintas categorias de geradores

1302 estabelecidos em razão das características de complementaridade dos serviços, da finalidade da utilização ou dos
1303 danos ou impactos negativos evitados ao meio ambiente. A apresentação do Plano de Gerenciamento ficará
1304 condicionada: os prazos, desde que contados da data de publicação do meu plano de gestão, da minha política.
1305 Eu conto para elaboração do meu Plano de Gerenciamento, elaboração, aprovação e publicação, dezoito meses.
1306 Quem é o responsável, quem vai ficar submetido a um Plano de Gerenciamento? Distrito Federal, municípios,
1307 fabricantes, importadores e distribuidores. Para a implementação do Plano de Manejo? Distrito Federal e
1308 municípios, fabricantes, exportadores e distribuidores, seis meses. Vale lembrar que 180 dias após a publicação da
1309 lei, mais dezoito meses para a publicação do meu Plano de Gerenciamento, e eu tenho mais seis meses para a
1310 implementação do meu Plano de Manejo. Esse Plano de Manejo está anexo ao meu Plano de Gerenciamento.
1311 Distrito Federal e municípios: trinta meses para ampliar a abrangência de cobertura dos serviços públicos de
1312 manejo de resíduos sólidos em até 80%. Para o Distrito Federal e municípios: as OEMAs deverão ter dezoito
1313 meses para estruturar física e tecnicamente em atendimento à solicitação dos Planos. Então, o poder público
1314 enquanto estados, Distrito Federal e municípios, para elaboração do seu Plano de Gestão, 180 dias após a
1315 publicação da lei. O gerador: Distrito Federal, municípios e demais geradores, apresentação do Plano de Gestão,
1316 que deverá ser aprovado pela OEMA e publicado. E o Plano de Manejo, apenas disponibilizado para consulta.
1317 Dezoito meses para o Plano de Gerenciamento e seis meses para a elaboração e implementação do Plano de
1318 Manejo. O que propõe esse PL? A proposta desse PL é que façamos um elo entre o setor público e privado e toda
1319 a sociedade que, na verdade, trabalhem juntos para ordenar, traçar as diretrizes para os resíduos sólidos, não
1320 como imposição, mas como um trabalho conjunto da sociedade, setor público e setor privado.

1321

1322 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

1323

1324 Eu acho que a intenção inicial era fazer essa exposição. Nós abrimos para esclarecimentos. Eu não sei o
1325 Deputado Zica quer fazer alguma argumentação. Então, eu gostaria de abrir para esclarecimentos ou alguma
1326 dúvida a respeito da matéria ou algumas sugestões. Só use o microfone porque nós estamos gravando.

1327

1328 **Titan de Lima**

1329

1330 Eu não sei se a proposta já foi distribuída para os Conselheiros, eu não sei se vocês já têm o texto. Vocês vão
1331 notar uma coisa: eu participei do trabalho com o pessoal do Vitor. E nós tivemos duas preocupações fundamentais
1332 na elaboração dessa proposta: uma, levar segurança jurídica ao setor de resíduos sólidos porque hoje nós temos
1333 uma quantidade de normas não legais, normas infraconstitucionais, algumas resoluções e concentrar tudo e dar
1334 segurança jurídica necessária ao setor de resíduos sólidos, que está fazendo falta. Então, essa foi uma
1335 preocupação um. O que chamamos de segurança jurídica? Que o Projeto de Lei não maculasse qualquer princípio
1336 constitucional, seja ele de caráter público, seja ele de caráter privado. Então, esse foi um cuidado que nós
1337 estivemos, muito grande. Então, isso é salientarmos. A outra coisa foi tentar trabalhar com pacto federativo da
1338 melhor maneira possível, ou seja, não estar, através de uma lei geral, atribuindo obrigações ao município, mas
1339 tentando trabalhar que através da lei geral o município venha para dentro da política federal. Então, isso é muito
1340 importante. São dois pontos interessantes. Com relação à indústria, houve uma preocupação muito grande com a
1341 indústria, no sentido de trazer a indústria como parceira para as ações do projeto e não mais numa discussão que
1342 nós tínhamos muito do Romildo, que era da obrigação propriamente dita. Tem obrigação para a indústria? Tem,
1343 mas são obrigações que no nosso ver do debate para a boa indústria competitiva nacional, ela gera um ativo
1344 ambiental. Então, é muito importante que as obrigações que estão sendo colocadas para a indústria, no Projeto de
1345 Lei, elas vão gerar um ativo ambiental para a indústria, não vai ser uma obrigação pura e simplesmente, cumpriu,
1346 não fez mais do que a sua obrigação, não, ela vai gerar um ativo ambiental. Então, são dados importantes sobre
1347 isso. E a questão da inclusão dos catadores, que foi falado aqui, que nós vamos trabalhar, trabalhar, trabalhar e
1348 depois de exaustivo debate nós chegamos à conclusão de que a melhor maneira de trabalhar com os catadores
1349 seria introduzir o catador oficialmente dentro do sistema de limpeza pública. E para introduzir o catador
1350 oficialmente dentro do sistema de limpeza pública seria necessário mudar a Lei de Concessão, a Lei de Licitações.
1351 Então, vocês vão ver no texto que tem uma mudança na Lei de Licitações, possibilitando que as cooperativas
1352 entrem não de forma competitiva com a grande indústria porque senão ela não vai conseguir, mas trabalhando
1353 agregadas à empresa maior, ou um INTERPA ou... Mas vão estar trabalhando ali agregado, e isso vai fazer parte
1354 da habilitação delas. Então, são quatro pontos que são importantes para o debate adiante. Obrigado.

1355

1356 **Marco Antônio Borzino - MMA**

1357

1358 Na realidade, eu gostaria de destacar um ponto também importante: como o setor de saneamento do Governo
1359 Federal vem passando por uma reestruturação, o nosso PL, ou seja, o PL consolidado, ele está em perfeita
1360 consonância com a Política Nacional de Saneamento, cujo Anteprojeto foi encaminhado, pelo Governo Federal, à
1361 Câmara dos Deputados. E também como no texto da PL de Saneamento fala de alguns condicionantes para se
1362 receber recursos do Governo Federal, financiamentos, também a nossa proposta de Projeto de Lei coloca isso. E é
1363 importante também frisar que se pretende também com esse PL que o Governo Federal possa trabalhar

1364 efetivamente com a concessão de benefícios fiscais e financiamentos, ou seja, não é apenas uma lei para
1365 regulamentar, para regular o setor, mas sim é trazer benefícios para que o setor possa ter mais condições de
1366 cumprir o que vem sendo trabalhado para a política. E a questão, como o Titan levantou também, dos catadores
1367 porque nós não podemos fugir dos catadores, muito pelo contrário, os catadores são incorporados ao processo,
1368 eles fazem parte do processo, eles são agentes e são fundamentais a todo o sistema de resíduos sólidos
1369 existentes no País. Realmente é uma realidade. É claro que podemos colocar melhor... Ou seja, que o trabalho
1370 deles possa ser melhor colocado, que o trabalho deles possa ser prestigiado, o trabalho deles possa ser um
1371 trabalho desenvolvido em completa dignidade humana.
1372

1373 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

1374 A palavra está em aberto. Mais alguma manifestação?

1375 **Zuleica Nycz – APROMAC**

1376 Boa-tarde. Eu acompanhei aquele projeto do Emerson Kapaz, que fala dos Super Fundo das áreas órfãs, áreas
1377 que virão a ser encontradas contaminadas. Qual seria o motivo desse Anteprojeto não mencionar esse fato?

1378 **Não Identificado**

1379 O projeto do Emerson Kapaz não tratava desse assunto.

1380 **Zuleica Nycz – APROMAC**

1381 Não era do Emerson Kapaz?

1382 **Não Identificado**

1383 O que trata desse é o projeto do Deputado (...).

1384 **Zuleica Nycz – APROMAC**

1385 Então, desculpa. Por que que essa proposição, nesse Anteprojeto foi retirado esse...?

1386 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

1387 Zuleica, na realidade, como a referência inicial foi o documento do próprio CONAMA e as contribuições advindas
1388 também do processo, por isso que não foi inserido esse momento na proposta porque se ateu aos documentos
1389 vindos do resultado do seminário e mais as contribuições e as sistematização desses dados no novo formato.
1390 Talvez por isso que, Deputado Zica, esse documento não tenha sido **compilado**.

1391 **Luciano Zica – Deputado Federal**

1392 Essa questão que a Zuleica colocou atribuindo ao Deputado Emerson Kapaz é a coisa mais natural do mundo
1393 ocorrer. Os bônus e os ônus ficam com o Relator que acaba virando o autor o proposta resultante do conjunto de
1394 propostas que estão apensadas. E fatalmente o Relator dessa matéria acabará se transformando no autor do
1395 trabalho de muita gente lá no final. E evidentemente, eu sou defensor da tese da criação do Fundo. E nós estamos
1396 desenvolvendo um grande esforço para garantir que não seja inconstitucional a idéia, a iniciativa. Então, esse é um
1397 debate que está... E nós ainda deveremos travar e esperamos aprofundar lá na Comissão Especial depois, essa
1398 questão. Estamos estudando e buscando encontrar os argumentos que sustentem, o que para mim é, no mundo,
1399 já uma experiência consolidada de sucesso. Agora, uma outra questão que eu queria aproveitar, Borzino, para
1400 colocar, é que eu acho que um dos erros graves que nós cometemos lá em 2001 e 2002, no debate, na Comissão
1401 Especial, foi a pretensão de entrar no detalhamento técnico da Política Nacional de Resíduos. Eu vejo que a
1402 proposta hoje apresentada teve o cuidado de não descer a esse ponto, que as tecnologias mudam com uma
1403 velocidade muito grande e estabelecer na lei uma tecnologia como o relatório do Deputado do Emerson Kapaz
1404 acabou pecando nesse aspecto, é uma coisa que inviabiliza a implementação de uma política, e teríamos
1405 mudanças na lei todos os dias. Então, eu acho que esse projeto estabelece de forma mais simples as diretrizes de
1406 condução de uma política que precisa ser criada e bem sucedida. Então, eu acho que me anima mais essa forma
1407 que o projeto acabou ganhando. E acho que nós teremos a oportunidade de, dentro da diversidade do Congresso
1408 Nacional, poder aprofundar. Eu sou muito simpático àquela idéia e acredito que seja uma questão a ser
1409 possivelmente incorporada lá no debate no Congresso Nacional.
1425

1426 **Não Identificado**

1427

1428 Deputado, realmente nós tivemos uma preocupação de não engessar o setor de resíduos sólidos. Por isso nós
1429 vemos buscando, com esse texto, ou seja, na consolidação desse texto, possibilidades de alternativas para todo o
1430 setor, mas sem engessar muito porque realmente nós não queríamos nos deparar com tecnologias, que são
1431 mutáveis, com certeza. Agora, com relação ao Fundo, Zuleica, nós temos previsto sim, porque a questão de
1432 criação de fundo é uma questão juridicamente um pouco complexa, mas, nós estamos colocando aqui sim. Se me
1433 permitem, eu vou até ler: "Os estados e o Distrito Federal, como forma de garantir a sustentabilidade econômica da
1434 gestão integrada dos resíduos sólidos, no âmbito de sua competência, fornecerão diretrizes e meios para a criação
1435 de fundos estaduais, distrital e municipal de resíduos sólidos." Ficou genérico. E fala também: "Programações
1436 orientadas para ações de programas de revitalização, recuperação de áreas degradadas ou contaminadas pela
1437 disposição inadequada de resíduos sólidos; produção, instalação e operação de sistemas de processos destinados
1438 à criação, absorção e adequação da tecnologia..." Ou seja, está previsto no texto sim.

1439

1440 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

1441

1442 Mais alguma...? José Alberto, nada?

1443

1444 **Gilberto Veronese – ABAL**

1445

1446 Têm alguns resíduos que essa Logística Reversa vai ter um saldo negativo, ou seja, o valor do resíduo talvez não
1447 vá pagar esse retorno ao produtor. Então, qual seria o equilíbrio financeiro dessa Logística Reversa? É evidente
1448 que quando vem para o consumo ele tem um custo de transporte, etc., que tem um valor elevado agregado.
1449 Determinados resíduos, eventualmente, um volume muito grande em relação à tonelage de matéria-prima ou o
1450 valor relativamente baixo daquele material, e o produtor esteja numa distância considerável, ele pede ter um
1451 balanço negativo nesse ciclo reverso, como é que a política vai compensar esses casos?

1452

1453 **Sílvia M. Astolpho – SQA/MMA**

1454

1455 A política já compensou trazendo organizações de catadores para auxiliar no sistema. Quando eu estou no Estado
1456 de São Paulo e tenho resíduos no interior do Amazonas, vai dificultar o meu sistema. Então, eu vou buscar
1457 parcerias, vou buscar organizações para a implementação de centros de coletas e facilitar o meu serviço de
1458 retorno, de redistribuição e de absorção.

1459

1460 **Gilberto Veronese – ABAL**

1461

1462 Vai ficar negativo sempre.

1463

1464 **Sílvia M. Astolpho – SQA/MMA**

1465

1466 Não fica negativo. Eu preciso trazer, eu preciso gerar emprego e renda. Eu preciso...

1467

1468 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1469

1470 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

1471

1472 Gilberto, por favor, usar o microfone.

1473

1474 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1475

1476 **Sílvia M. Astolpho – SQA/MMA**

1477

1478 Sim. E no começo dos *slides*: "O Ministério do Meio Ambiente, em conjunto com outros Ministérios, órgãos, Distrito
1479 Federal, municípios, organizações da sociedade adotarão formas de implementação da Política de Resíduos
1480 Sólidos no País." Então, essa discussão vai ser feita, os balanços vão ser observados. E na implementação da
1481 Política, as formas serão adotadas para que não haja saldo negativo e nem balanço desequilibrado.

1482

1483 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1484

1485 **Sílvia M. Astolpho – SQA/MMA**

1486

1487 Na verdade, não tem como trabalhar com os resíduos com saldo sempre positivo. Nós temos o alumínio que me
1488 traz um saldo positivo e um outro tipo de resíduo que sempre vai me trazer um negativo. Então, o nosso equilíbrio,
1489 nós buscamos no segundo patamar: que o alumínio trabalhe com saldo positivo e nós consigamos equilibrar essa
1490 balança. A Alemanha pode não ter dado certo. Nós estamos com uma tentativa... São tentativas. Nós não estamos
1491 traçando diretrizes. Se começar essa diferenciação de saldo, de contas... A política é uma política aberta, é uma
1492 política voltada exatamente para isso, e que nós deixamos o Plano de Gestão para política, porque vamos
1493 discorrer a política. Quando detectarmos que existem falhas, existem as correções no nosso Plano de
1494 Gerenciamento. Ele vai se auto-sustentar para que essas falhas não ocorram e que não ocorram como ocorreu na
1495 Alemanha. Então, vai depender tanto do senhor, da CNI, quanto de nós aqui para tomarmos uma solução
1496 conjunta.

1497
1498 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1499
1500 **José Alberto Rodrigues dos Santos - FIESP**

1501
1502 Deputado, eu quero reiterar aquilo que o senhor colocou e eu acho que não foi atendido: nós precisamos
1503 efetivamente definir uma política. Como foi apresentado, temos três níveis: passamos por gerenciamento e por
1504 manejo, que a meu ver não faz parte da política. Nós temos um País continental, 8.511.169 Km². Está lá o maior
1505 catador (...) reversa que está dizendo o que aconteceu. Então, nós precisamos ter essa perspicácia, que o senhor
1506 colocou muito bem, de não repetirmos os erros. Então, política é política, ela não é gerenciamento e não é manejo.
1507 E nós estamos num País continental, muito maior do que a Alemanha. E nós temos experiências aqui vivenciadas
1508 pelo maior detentor da logística reversa, que é o setor de alumínio no Brasil, e não só isso: outros setores da
1509 indústria também hoje o fazem nos seus setores, são os maiores praticantes de logísticas reversas. Então, eu
1510 acho que tem que ser levado isso em consideração. E eu reitero: a ementa chama-se Política. Então, política é
1511 política, ela não é nem gerenciamento e nem manejo. Era isso que eu queria lembrar, para não entrar nos
1512 detalhes.

1513
1514 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

1515
1516 A palavra está em aberto para alguma manifestação.

1517
1518 **Sergio Antônio Gonçalves - Ministério das Cidades**

1519
1520 Obrigado. Antes de mais nada, eu queria aproveitar para parabenizar o trabalho que foi feito, um trabalho
1521 capitaneado pelo Ministério do Meio Ambiente, mas é um trabalho de Governo, um trabalho onde vários parceiros
1522 estão juntos, não só do Executivo, mas do Legislativo também, como o Deputado Luciano Zica e tantos outros
1523 companheiros, como o Titan. E dizer que os conflitos existem. Ter uma política ou não ter não vai tirar os conflitos.
1524 Então, esse enfrentamento dos conflitos, esse colocar à tona as dificuldades que um País tem, por ausências de
1525 políticas, é que é o fundamental. O mesmo processo no Saneamento. Não ter uma política de saneamento para o
1526 País ou escondê-la, não resolve o problema dos conflitos existentes entre estados e municípios, entre titularidade
1527 ou não titular, quer dizer, esse enfrentamento com problemas, e eu concordo perfeitamente com o companheiro
1528 José Alberto, que nós vamos ter que num processo arrumar as saídas e as concertações, mas nós temos que
1529 enfrentá-las, enfrentá-las através de um debate aberto e claro que o local democrático é a Câmara dos Deputados
1530 e o Senado Federal. Lá é que nós vamos debater e chegar nessa concertação e numa aprovação de uma política
1531 nacional de resíduos sólidos para o País, que é necessária porque a questão econômica humana está
1532 demonstrando que cada vez mais nós estamos ficando atrasados com uma implementação pública, que tem o
1533 dever fundamental da segurança e o apoio ambiental ao ser humano e à sociedade. Então, nós temos que garantir
1534 o processo também do consumidor e do usuário, que é o fundamental, que faz parte, e para isso existe o setor
1535 público. O setor público está aí para garantir os direitos sociais para que não haja tanto desequilíbrio numa balança
1536 entre a questão social, econômica e desenvolvimento. Mas, esse processo fundamental que, como também a
1537 Política de Saneamento - eu me coloco também nesse mesmo patamar - vai precisar de melhorias, e para isso
1538 está em tramitação, e para os debates servem principalmente para isso, para essas experiências da CNI, da área
1539 de alumínio, da área de plásticos e de tantas outras aí ou da própria área de serviços de limpeza, que hoje a área
1540 de resíduos já tem concessão privada na sua... Que é uma área espetacular nova, que é a área de créditos, onde
1541 os aterros têm um potencial com o de São Paulo, que só de gás gera energia, no último levantamento, para uma
1542 cidade de 200 mil pessoas, o Aterro Bandeirantes, se não me engano. Só um aterro gera energia, naquele aterro,
1543 para uma cidade de 200 mil pessoas. Poucas cidades no Brasil têm 200 mil habitantes. Então, esse mercado novo,
1544 esse ciclo que começa desde a coleta, desde o tratamento, da disposição, aí vem na captação dos gases, que é o
1545 crédito de carbono e na produção gases em energia que já é uma outra coisa importante, quer dizer, nós temos
1546 um desafio, e o Brasil não pode ficar alheio a isso e precisa ter uma política que garanta essa sustentabilidade
1547 econômica, social e ambiental. É fundamental isso. E eu gostaria de parabenizar nesse processo, que é um
1548 desafio, qualquer um é desafio, que só vai dar certo se a sociedade toda estiver colaborando, mas dizer que

1549 também, reforçando o que o Borzino já disse, nessa interação de Governo, que também não é fácil, e ninguém
1550 esconde isso, o próprio Executivo tem problemas internos de concertação, mas ele, com um esforço imenso
1551 nesses dois anos de Governo Lula, vem trabalhando numa política integrada na área ambiental, que dela surgiu o
1552 Anteprojeto de Política de Saneamento, que é esse que foi aprovado hoje no Comitê Técnico e na próxima reunião
1553 do Comitê, vamos apresentá-lo tal qual está sendo feito agora com a de resíduos, mas em consonância de onde o
1554 que está escrito aqui, que é o aprofundamento de uma política, são os detalhes maiores dessa política, ela vem
1555 também no projeto de saneamento; ela consta, porque quando trabalhamos com saneamento básico, para ficar
1556 claro, na Política Nacional, que é o Projeto 5.296, que já está em tramitação na Câmara, ele institui diretrizes para
1557 os serviços públicos de saneamento básico e a Política Nacional de Saneamento Básico. Então, ele se divide nos
1558 serviços, nas diretrizes, que é obrigação do Governo Federal, está na Constituição, da regulamentação e da
1559 política, que é ela uma política que já não é compulsória, ela é por adesão. Agora, a adesão se dá por mecanismos
1560 que o Governo institui. Mas dentro dela, vocês vão observar que tem os capítulos dos serviços públicos de manejo;
1561 nós tratamos como manejo de resíduos sólidos, nas diretrizes, que dá também esse mesmo escopo da
1562 implementação e do fomento à questão da reciclagem, do reuso, da questão da inserção dos catadores no
1563 processo produtivo de geração e renda. E também quando tratamos das diretrizes do manejo, nós temos a Sessão
1564 V, que trata do art. 9º só sobre também as diretrizes para os manejos de resíduos sólidos como garantia do
1565 manejo, o incentivo à promoção, à inserção social dos catadores, à recuperação de área degradadas, ao manejo
1566 planejado. Planejamento. Este País precisa de planejamento, precisa se planejar para ver aonde quer chegar.
1567 Então, nós temos que recuperar a questão de planejamento para o País, e a Política de Saneamento dá isso e a
1568 Política de Resíduos dá isso. Tem que se organizar e planejar senão nós vamos ficar como sempre: rodando sem
1569 saber para aonde vamos, e aqueles mais fortes andam mais e os outros não andam. Então, nesse processo de
1570 interação, de organização... Eu quero puxar uma coisa importante, que o Titan comentou: a responsabilidade do
1571 Governo Federal em saber da sua competência e limitação, respeitando o Pacto Federativo, os entes federados,
1572 mesmo, às vezes, com aquela vontade de regulamentar um pouquinho mais ou dar uma clareza, ele tem que se
1573 segurar porque não é competência dele; ele tem que ter respeito aos estados e municípios como entes autônomos
1574 e federados, onde nós vamos poder, com esse respeito, nesse diálogo, montarmos um sistema e um planejamento
1575 porque senão isso não funciona. E se o município é ou o estado não quiser, não vai funcionar porque eles têm o
1576 direito também de não querer fazer nada. É um direito deles. Só que eles vão ficar no processo. Quem quiser
1577 fazer, vai à frente. Nós não podemos é exigir entrar e imputar aos entes nenhuma vontade, por mais de boa
1578 intenção que seja, seja feita aos entes. Então, esse respeito aos entes é fundamental. E eu encerro aqui dizendo
1579 desse respeito da concertação, do trabalho, da construção, das sugestões para melhorar cada vez mais esses
1580 projetos. E eu digo que o Brasil, num momento importante que está, nós não podemos, às vezes, por mais bem
1581 intencionados que sejamos, perdermos essa chance fundamental de que tenhamos políticas implementadas e
1582 aprovadas no Congresso e sancionadas pelo Presidente, o mais rápido possível, na área de resíduos sólidos e na
1583 área de saneamento. E peço que este comitê técnico faça um pedido ao Presidente - não é sessão deliberativa,
1584 conforme ele já disse -, mas eu gostaria de contar com os meus pares, dentro do comitê técnico, de que
1585 levávamos uma moção com todos os considerandos resgatados no que o Borzino falou, na história, no processo,
1586 na construção democrática que nós levávamos para o pleno do Conselho de Meio Ambiente do CONAMA para
1587 que seja aprovado o projeto e que seja dada celeridade necessária e encaminhado ao Presidente da Câmara dos
1588 Deputados e encaminhado ao Presidente do Senado para que nós tenhamos uma tramitação com apoio da
1589 sociedade nesse processo e nesse projeto. Obrigado.

1590
1591 **Não Identificado**

1592
1593 Deixe-me esclarecer uma coisa: eu não falei que na Alemanha não deu certo, eu falei que na Alemanha se
1594 constatou esse balanço negativo e houve um chamamento a subsídios públicos e políticas de complementação e
1595 de incentivo para fazer com que o sistema funcionasse. Outro ponto que me preocupa aí é a questão de
1596 aprovação de todos esses planos pelos órgãos estaduais de meio ambiente. Se todos os municípios, todas as
1597 indústrias, todos os regulados por essa legislação submeterem seus planos de manejo aos órgãos estaduais de
1598 meio ambiente, talvez esses trinta meses ou dezoito meses nesses horizontes de planejamento talvez seja um
1599 pouco curtos para ocorrer a aprovação desses planos. Eu não sei como isso está esquematizado. Obrigado.

1600
1601 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

1602
1603 Deixa-me passar a palavra para Questão de Ordem. O Titan pediu a palavra e depois o Borzino.

1604
1605 **Titan de Lima**

1606
1607 Eu acho que nós temos que lembrar uma coisa: no ano passado, quando eu fui almoçar na Fiesp, estavam o
1608 Ricardo, Romildo, eu acho que você estava, que o Romildo falou uma coisa muito interessante: "Há dez anos seria
1609 impossível imaginar eu sentado almoçando com vocês". Era impossível imaginar nós sentados, conversando que
1610 nem pessoas civilizadas sobre resíduos sólidos.

1611
1612
1613
1614
1615
1616
1617
1618
1619
1620
1621
1622
1623
1624
1625
1626
1627
1628
1629
1630
1631
1632
1633
1634
1635
1636
1637
1638
1639
1640
1641
1642
1643
1644
1645
1646
1647
1648
1649
1650
1651
1652
1653
1654
1655
1656
1657
1658
1659
1660
1661
1662
1663
1664
1665
1666
1667
1668
1669
1670
1671
1672

Não Identificado

Quem pagou a conta? *(Risos)*

Titan de Lima

Isso eu não posso contar, mas não foram os correios e telégrafos quem pagaram a conta. Então, nós temos que pensar nisto: no que nós avançamos nesse período. A questão que você colocou aqui, temos que lembrar que, o Sérgio foi na linha e eu vou pegar aqui o gancho, o projeto trata de normas gerais e de política, está aqui, art. 1º. Art. 1º: “Esta lei dispõe sobre normas gerais para a União, estados, Distrito Federal, os municipais aplicáveis a resíduos do País, e institui a política nacional”.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

Titan de Lima

Pois é. Podemos mexer na ementa, mas o art. 1º está dando normas gerais, que é competência da União fazer isso porque saneamento é competência comum: União, estados e municípios. Então, dá norma geral. A questão do detalhamento, eu acho que não está entrando tanto no detalhamento aqui, eu acho que tivemos muito cuidado com isso, de não entrar em detalhamento, melhorou, houve avanço significativo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

Titan de Lima

Sim. Isso aí é sem dúvida nenhuma. Agora, é o que eu falei para vocês: nada que você for encontrar aqui é uma obrigação para a indústria, porque a indústria não tem uma contrapartida de ativo ambiental se o fizer, que eu acho que no momento atual é importante você ter um ativo ambiental do que ter um passivo ambiental. Isso para mim é tranqüilo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

Titan de Lima

Vai ajustando. Exatamente.

Marco Antônio Borzino - MMA

Bem eu, na realidade, concordo o senhor demonstra preocupação em relação aos órgãos ambientais estaduais, porque nós que trabalhamos na área de resíduos sólidos sabemos das dificuldades dos órgãos ambientais para aprovarem um simples licenciamento de uma disposição final. Para isso, o Governo Federal estará realizando agora no início do segundo semestre um seminário sobre licenciamento de resíduos sólidos, ou seja, para que nós tenhamos ou regionalmente ou nacionalmente diretrizes para os órgãos ambientais e estaduais para justamente o licenciamento. E uma outra coisa importante também é a questão dos prazos: os prazos que foram colocados na proposta são de dezoito meses, mais seis meses, trinta meses, e a parte os órgãos ambientais estaduais vão ter dezoito meses para se estruturarem, porque, na realidade, essa proposta de PL ela não busca engessar o setor dos resíduos sólidos, muito pelo contrário, ela busca ordenar, é um marco da regulação do sistema de resíduos sólidos, do setor dos resíduos sólidos. Eu concordo com o José Alberto nessa questão da preocupação, mas se nós que trabalhamos no setor de resíduos sempre houve certa confusão, sempre houve certo desentendimento, o que representa gestão, gerenciamento e manejo. Então, nós procuramos colocar isso, de uma vez por todas, de uma forma bastante clara. E a nossa proposta não engessa, muito pelo contrário, ela estabelece diretrizes. E as diretrizes para o setor produtivo e as diretrizes os municípios, para o Governo, elas também são acompanhadas de quê? De incentivos e benefícios. Nós queremos buscar um equilíbrio. Tem gente que fala assim: “Vocês têm que fazer isso e acabou”. Não é, muito pelo contrário, são diretrizes e essas diretrizes também são diretrizes para o Governo, diretrizes para a elaboração do Plano de Gestão, diretrizes para a elaboração do Plano de Gerenciamento, diretrizes para a elaboração do Plano de Manejo. Na realidade, é um plano operacional que vocês já fazem. As indústrias já têm o seu Plano Operacional. E a Logística Reversa também muitas indústrias já fazem isso. Eu acredito que nós vemos com essa proposta buscar um equilíbrio. A idéia não é manetar nem e nem outro, nem Governo, nos três níveis de Governo, também nem setor produtivo e nem a sociedade, que a responsabilidade é de todos nessa política, mas com diretrizes e com mecanismos que possam realmente haver um equilíbrio. É isso que buscamos.

1673
1674
1675
1676
1677
1678
1679
1680
1681
1682
1683
1684
1685
1686
1687
1688
1689
1690
1691
1692
1693
1694
1695
1696
1697
1698
1699
1700
1701
1702
1703
1704
1705
1706
1707
1708
1709
1710
1711
1712
1713
1714
1715
1716
1717
1718
1719
1720
1721
1722
1723
1724
1725
1726
1727
1728
1729
1730
1731
1732
1733
1734

Luciano Zica – Deputado Federal

Depois desse debate caloroso aí eu me vi no dever de relatar aqui uma pequena história, que alguns aqui já ouviram: eu apresentei, no início deste ano, uma proposta de emenda à Constituição, a PEC 386/2005, que trata exatamente de uma busca de estímulo à viabilização dessa lógica do reverso aí, que é reduzir a base de cálculo da incidência do IPI na medida da presença da matéria-prima reciclada. E quando eu estava recolhendo assinaturas para essa PEC, eu o fiz pessoalmente, eu conversei com mais de 150 Deputados e colhi duzentas assinaturas, que tornaram possível apresentar; eram necessárias 171. E ouvi de alguns Deputados uma lógica que era a seguinte: “Nós não podemos reduzir a base de cálculo do IPI porque o IPI é o principal tributo na composição o do FPM - Fundo de Participação dos Municípios, e os municípios vão sair perdendo”. E um argumento que eu usava era o argumento da minha cidade - eu moro em Campinas, que tinha um aterro sanitário com nota menos de seis e com uma perspectiva de vida contada em meses, poucos meses, em dias até já. E com a experiência da implementação de quatorze cooperativas de catadores, que tiraram do aterro sanitário de Campinas, quinhentas toneladas de matérias-primas recicláveis por mês e um gerenciamento mais correto, o aterro alongou a sua perspectiva de vida e a nota subiu para oito e meio, a maior nota de aterro sanitário hoje, uma das maiores do Brasil. Então, eu disse o seguinte: “O município vai economizar muito mais do que vai perder de FPM, na medida em que ele implementar a coleta seletiva, que vai tirar de problema dos aterros e de destinação final da responsabilidade dos municípios é uma coisa extraordinária”. Então, da mesma forma, eu coloco esse raciocínio da conta negativa que o nosso companheiro lá colocou: a empresa, a indústria, ela vai agregar valor à sua produção final, na medida em que ela reduza o seu passivo ambiental, e nós vamos ter que buscar políticas compensatórias para estabelecer essa lógica, que a nossa expositora colocou, da compensação. Vai ter um segmento que sempre estará avançando bem. Nós estamos presenciando hoje no Brasil uma guerra entre dois segmentos da indústria dos pneumáticos muito interessante e curiosa e digna de análise para nós na elaboração dessa política. Está um guerra, inclusive na mídia, no horário nobre, de propaganda contra a indústria nacional de pneus, com discurso que nós vamos ter que ter muito cuidado porque pode ter conseqüências dramáticas para nós lá no final, se nós entrarmos no discurso fácil que é colocado. Por isso eu acho que esse debate é um debate que terá que ganhar corpo no Congresso Nacional, mas com nós prestando muita atenção nos diferentes atores, e tendo a capacidade... Eu vim aqui hoje com a preocupação de ter que sair meio rápido, felizmente eu estou agüentando segurar um pouco aqui, daqui a pouco eu vou sair correndo, justamente por uma questão muito importante: eu acho que não adianta termos a intenção de sair com um projeto que imaginamos que seja última versão. Não é possível. Não tem jeito. Nós vamos estar aprovando a lei... No dia em que ela for sancionada, nós vamos identificar necessidades de mudanças, com certeza. Se não tivermos essa compreensão, nós vamos ficar circulando em volta do próprio rabo. Então, eu acho que é muito importante... Eu fiz questão de ajustar a agenda para estar aqui. O meu líder de Governo me ligou agora há pouco. Eu saí e conversei, pedindo para jogar para mais tarde uma conversa que teríamos, justamente porque eu acho que nós estamos num momento de aproveitar uma oportunidade histórica que nós é dada, embora com uma dificuldade que me preocupa sobremaneira: eu era defensor de que isso devesse ter feito no segundo semestre do ano passado, todo esse movimento, porque eu temo, pelo ano político, do ano que vem e pelas circunstâncias do Congresso Nacional, mas como é um tema relevante, eu acho que todos nós que temos influências em diferentes segmentos do Congresso Nacional, temos que, após a decisão tomada de remeter o projeto, ir para campo para ganhar aliados lá dentro para a aprovação da proposta possível de política, concordo, de política, mas que estabeleça bases sólidas para que possamos garantir que os diferentes agentes públicos possam investir na solução do problema e que os agentes econômicos e privados tenham segurança também para colocar o seu risco calculado na resultante final que buscamos. Então, por isso que eu fiz questão de entrar nessa polêmica colocada aqui. E acho que nós avançamos muito em relação ao que tínhamos há alguns meses, e com certeza criamos as condições para que possamos ver essa coisa andar no Congresso Nacional e tirar de nós, que temos a responsabilidade e a consciência desse debate, o peso de não tê-lo feito.

Bertoldo Silva Costa – ABES

Deputado, eu gostaria de lembrar ao senhor – eu não sei se o senhor recorda - no Fórum Mundial Social, que nós estávamos juntos daquela tenda, onde o senhor nos cobrou inclusive um compromisso do CONAMA e do Ministério - estava o Secretário Vitor junto. E nós, naquele momento nos comprometemos com o senhor dizendo que antes de acabar o mês de maio, nós estaríamos com o documento minutado. Estamos cumprindo. Então, eu acredito que esse caminho justamente é esse compromisso cumprido neste. Sabemos que é um caminho longo a ser trilhado e esperamos que seja trilhado e espero que o Governo agora também tenha a agilidade devida ao encaminhamento à Câmara para que esse processo siga o seu fluxo. E nós gostaríamos de ouvir do senhor um pouco desse fluxo: como é que se dá e qual é a sua expectativa desse fluxo de nós termos um desenrolar desse processo com mais agilidade ou mais ações.

Luciano Zica – Deputado Federal

1735
1736 Naturalmente saído do Ministério do Meio Ambiente e desta reunião e indo para a Casa Civil, nós temos
1737 condições. Nós temos uma reunião já agendada com o Ministro-Chefe da Casa Civil. É nossa intenção acelerar a
1738 remessa ao Congresso. Lá na Câmara dos Deputados, como é uma matéria cujos projetos hoje, cerca de oitenta,
1739 que estão tramitando a cerca da questão, são projetos distribuídos para mais de quatro comissões. E isso gera a
1740 obrigatoriedade de criação de uma comissão especial. Essa comissão especial tem quarenta sessões para emitir
1741 um parecer, que aí vai ao Plenário. Então, a nossa expectativa, e há uma combinação inclusive com organizações
1742 sociais que militam nessa área dos resíduos, para que vamos fazer uma conversa com o Presidente Câmara para
1743 que crie imediatamente a comissão. Criada a comissão, tem uma necessidade, que é a de que os partidos
1744 indiquem os representantes de cada um deles para compor a comissão especial para que ela comece a funcionar
1745 para que comecemos a contar aquelas quarenta sessões. Feito isso, o projeto, se aprovado na comissão, estará
1746 pronto para ir ao Plenário. Então, a idéia que nós trabalhamos seria uma idéia de nos dois primeiros meses do
1747 segundo semestre, se a comissão for composta agora, que nós analisássemos na comissão, para dar tempo de
1748 retornar ao Senado, já que o PL 203 é um projeto que já foi aprovado no Senado, e facilitaria essa tramitação para
1749 que até o final do ano pudesse tramitar no Senado. Então, eu acho que essa riqueza que o projeto leva de não ter
1750 entrado no detalhamento técnico facilita o nosso trabalho. Essa idéia mais de um marco regulatório da política, eu
1751 acho que facilita o nosso trabalho. Então, a minha expectativa é essa. Então, nós vamos aguardando essa
1752 remessa para agendarmos uma visita ao Presidente Severino Cavalcante, que é quem irá fazer a distribuição para
1753 a Comissão Especial, e aí a intervenção de cada um de nós com os líderes partidários para que não aconteça o
1754 que aconteceu lá em 2000, quando foi criada a Comissão Especial. Eu me lembro que o Borzino me cobrava que a
1755 bancada do PT foi uma das últimas a indicar representantes. Eu fui designado... Para mim foi uma felicidade, que
1756 no ano 2000, eu estava suplente, eu estava fora do Congresso Nacional. Aí eu voltei em 2001, empunhei a
1757 bandeira da indicação e acabei sendo um dos indicados. E para mim foi uma experiência muito importante. Então,
1758 é esse o rito a ser cumprido, com uma vantagem: a Comissão Especial, ela dá parecer por todas as comissões,
1759 inclusive pela CCJ, inclusive com os aspectos de legalidade. Na hora em que sair da aprovação dela já não
1760 precisa mais passar nem mesmo pela CCJ, vai direto para o Plenário, e daí para o Senado. Então, eu sou muito
1761 otimista com relação às nossas perspectivas, se nós tivermos a capacidade de convencer os diferentes segmentos
1762 das tênues diferenças de interesses que vamos ter que permear nessa história.

Não identificado

1764
1765 Deputado, uma pequena pergunta: tendo um PL de origem do Governo, do Executivo, esse PL passa a capear, ou
1766 seja, ele passa a ser o principal dentro de todos ou não?

Luciano Zica – Deputado Federal

1769
1770 Na verdade, formalmente, o projeto ao qual estão apensados todos os outros vai continuar sendo o 203, mas eu
1771 vou dar aqui só um exemplo: em 1997, nós tivemos a regulamentação da lei do petróleo, depois da quebra do
1772 monopólio do art. 177 da Constituição. Eu fui o autor do primeiro projeto de regulamentação, que era o PL
1773 1.210/97. E o projeto que veio do Executivo foi apensado ao meu. O relator do projeto, do conjunto de projetos, era
1774 o Deputado Eliseu Rezende, e em todas as leituras de relatório que ele fazia, ele dizia: “Acolhidas tais e tais
1775 emendas do Deputado Luciano Zica”. Aí eu fui olhar o relatório dele, eu brincava com ele: “O Eliseu acolheu do
1776 meu projeto alguns pontos, algumas vírgulas e poucos acentos, quase nada mais”, mas era o meu projeto que
1777 estava sendo apreciado, mas o aprovado foi o que o Fernando Henrique mandou para lá, com poucos emendas,
1778 aproveitando alguns pontos e vírgulas e alguns acentos do meu.

Bertoldo Silva Costa – ABES

1781
1782 A palavra está em aberto. Eu gostaria de dizer ao Deputado Zica que gostaríamos de vê-lo como relator dessa
1783 matéria.

Luciano Zica – Deputado Federal

1784
1785 Vou me empenhar muito.

Não Identificado

1786
1787 Em tudo que o Zica falou, nós também temos que combinar com os russos.

Luciano Zica – Deputado Federal

1792
1793
1794
1795

1796 Há um sentimento aí em função da dedicação, mas da dedicação do que da competência e acredito que da
1797 capacidade. O que eu vi é que há um sentimento de diferentes segmentos de que eu pudesse vir a ser o relator. A
1798 única coisa que pode mudar isso é o capricho do Presidente da Câmara. Como eu sei que há diferentes
1799 segmentos aqui dentro desta sala, eu tenho pedido o empenho das pessoas que acreditam que é importante isso
1800 que conversem com outros agentes políticos com vistas a garantir... Porque evidentemente há sempre... Quando
1801 estava lá o Deputado Ronaldo Vasconcelos, que hoje é o vice-prefeito de Belo Horizonte, ele dizia sempre para
1802 mim: "Zica, eu quero ser o relator", mas ele foi eleito Vice-Prefeito de Belo Horizonte. Até agora eu não vi nenhum
1803 candidato que de fato esteja participando, mas vão aparecer muitos, porque tem muita gente que acha que pode
1804 ser um bom negócio, que vai nessa perspectiva. E eu espero que vá alguém pensando efetivamente em fazer uma
1805 boa política, e vou me empenhar por isso. Estou determinado. E apesar de uma história que há que a partir dos
1806 parlamentos europeus de que deputados parlamentares que se dedicam à política de resíduos não costumam se
1807 reeleger. Como eu não tenho mais tanta fantasia com a questão da reeleição, seria uma honra para mim perder
1808 eleição e ter feito a política de resíduos. Então, não tem problema.

1809
1810 **Rudolf de Noronha – MMA/SQA**

1811 Vamos espalhar essa história no Parlamento para ver se só sobra o senhor, então. Vamos difundir isso.

1812
1813
1814 **Luciano Zica – Deputado Federal**

1815 Eu queria só agradecer aqui pela atenção e pelo carinho e dizer que eu estou à disposição, independente de ser
1816 relator ou não, em participar dessa batalha no Congresso, como membro da comissão ou como relator ou com a
1817 tarefa que me for atribuída, mas com certeza como militante eu vou estar aqui.

1818
1819
1820 **Rudolf de Noronha – MMA/SQA**

1821 E nós do Ministério agradecemos a sua presença, essa a sua gentileza de nos apoiar. Obrigado, Deputado.

1822
1823
1824 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

1825 Rudolf, eu acho que nós estamos concluindo também os trabalhos, eu gostaria de ouvir de você agora como é que
1826 você vai, em nível de Ministério, encaminhar esse documento para que ele tenha o prosseguimento devido.

1827
1828
1829 **Rudolf de Noronha – MMA/SQA**

1830 Nós estaremos enviando amanhã. A nossa Ministra vai enviar para a Casa Civil essa nossa proposta de PL. Nós já
1831 temos indicações, até mesmo pelo que o Deputado acaba de dizer, ou seja, tanto o Congresso está sensibilizando
1832 a Casa Civil como o próprio Executivo já tem nas suas prioridades deste ano o encaminhamento da Política
1833 Nacional de Resíduos Sólidos, e isso, ainda esta semana, estará sendo enviado à Casa Civil. Então, a nossa
1834 expectativa é que tenhamos uma tramitação lá dentre muito rápida e que esse documento já seja entregue ainda
1835 no mês de junho, no mais tardar no mês de julho. E, inclusive, pretendemos fazer uma átona na entrega da
1836 Ministra ao Congresso, como feito também na Política Nacional de Saneamento, que marque o evento e que dê
1837 uma visibilidade maior de todos os atores envolvidos nesse encaminhamento ao Congresso. Então, nós temos
1838 essa expectativa de que até julho isso já esteja definitivamente entregue ao Congresso.

1839
1840
1841 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

1842 A palavra está em aberto. Eu não sei se tem mais alguma manifestação.

1843
1844
1845 **Dalma – Ministério Público Federal**

1846 O que eu queria falar a respeito do balanço negativo e positivo e o que eu entendi da proposta é que estão
1847 inseridos na proposta os custos, ou melhor, talvez até os ganhos sociais estão contabilizados nisso. Como esses
1848 ganhos sociais ou os custos sociais estão mais a cargo do poder público, então, eu acho que por isso é visto
1849 como um balanço positivo e muito positivo, e realmente tem que estar inserido aí. E se negativo, e ao tratar
1850 resíduos, obviamente, nós vamos estar trabalhando com questões negativas, com o custo negativo sim, mas eu
1851 acho que todos os setores têm que estar pagando por isso, têm que estar participando de tudo. Então, eu acho
1852 que é um trabalho muito bom. Meus parabéns. Eu só queria colocar isto: eu acho que são os benefícios sociais
1853 que estão incluídos, e têm que estar. O exemplo que o Deputado Zica deu das associações de catadores e a
1854 sessão de catadores, isso é a realidade hoje, não tem como estar fugindo disso. Eu acho que o setor privado tem
1855 que ter isso em mente. E o poder público acaba contabilizando sim esses custos ou as perdas disso. E outra coisa,
1856 já que eu comecei a falar: eu não sei se as características de quem está aqui, se a maior parte é da área de área
1857

1858 de engenharia ou da área de exatas, mas eu acho que tem que estar inserido nessa política perfis da área social
1859 também, não sei, da participação, mas eu acho extremamente importante. E eu sou engenheira, gente.

1860
1861 **Ailton I. Storoli - ABIA**

1862
1863 Eu gostaria de informar à colega que o setor industrial está perfeitamente sintonizado com a responsabilidade de
1864 catadores, no Brasil, e quiçá é o setor que mais está trabalhando nesse sentido. Ele não fica atrás de um outro
1865 qualquer, e eu incluo aqui o setor público. Então, se existe um esforço hoje na profissionalização de cooperativas
1866 de catadores no Brasil, esse esforço tem que ser creditado ao movimento empresarial, especialmente ao
1867 CEMPRES, às entidades que estão dentro do CEMPRES, e esforço onde inclua a minha empresa, que é a Nestlé.
1868 Então, só para dizer que não é questão de sensibilidade, nós estamos de fato arregaçando a manga e fazendo.
1869 Segundo, nos preocupa porque nós gostaríamos realmente de ver a inclusão de fato reforçada nessa política, e ela
1870 simplesmente me parece pessoalmente que é uma simples citação, a partir do momento que num determinado
1871 artigo se diz que “podendo” e “condicionalmente”, dependendo do gestor, incluir as entidades de catadores.
1872 Evidentemente, que eu vejo lá que “cabe ao poder público definir ferramentas para”, só que primeiro vem
1873 obrigação, primeiro vem intenção, primeiro vem passivo legal e depois vem uma provável intenção do setor público
1874 se sensibilizar e fazer o que de fato esperaríamos que fizesse. Então, para a colega, que nós já estivemos uma
1875 vez, eu digo que lamento que foi uma simples citação. Eu não acredito que de leve como eu percebi nesse texto,
1876 nós podemos de fato estar dando o empuxo para trazer cooperativa dentro disso tudo como foi, de algum, forma
1877 aqui mencionada. Mais um ponto, se me permitem: é importante que eu mais uma vez aqui ouvi dizer que nós
1878 tivemos... E o Titan... Pena que ele tenha saído e eu só consegui a palavra agora... Que houve um grande esforço
1879 de tratar e trazer para dentro dessa discussão o setor industrial. E eu reforço o já falei para a colega e para os
1880 colegas: o setor industrial está aguardando participar... Primeiro, eu gostaria de colocar uma posição: eu
1881 represento também o CNI aqui dentro desta Casa. E nós estamos ávidos por ter uma política, queremos uma
1882 política, estamos aguardando discutir e dar a nossa participação e não reconhecemos que o setor tenha sido de
1883 fato convocado para participar nessa política. Essa proposta que está aí, que eu a conheço mais ou menos porque
1884 tive a oportunidade de ver a participação anterior... Estou pessoalmente envolvido com isso há cinco anos, e digo
1885 aos senhores: nós, setores industriais, nos sentimos à margem dessa discussão desse projeto. E tudo que eu tive
1886 a oportunidade de antes em eventos: no Ethos, com o pessoal ligado ao Ministério das Cidades, estive no
1887 CEMPRES. Eu não vejo contemplada uma única vírgula nesse texto, ou seja, a impressão que me dá - e me
1888 desculpem se eu estiver sendo muito verdadeiro - é que o setor industrial está tomando alguns *highlights* do que
1889 está sendo feito para que depois seja dito que em algumas reuniões ele esteve presente, mas participação ativa...
1890 E eu os convoco aqui: o setor industrial está aguardando essa discussão há muito tempo. E por último, na
1891 verdade, foi falado de um grande avanço. Eu também lamento que o Deputado Zica não esteja mais aqui. Eu
1892 conheço esse projeto desde o seu nascedouro. Acompanhei pessoalmente todas as discussões e estive
1893 pessoalmente com o Emerson Kapaz, participei ativamente da proposta que os senhores conhecem, o Titan
1894 acabou de dizer aqui que não quer nem ouvir falar porque já está cansado do Romildo, citou até o Romildo. Na
1895 verdade, pessoal, não ter uma política para o setor produtivo é tão ruim quanto é para qualquer setor da
1896 sociedade. O que o setor reclama não é de não ter uma política, não é de não pagar o seu custo de resíduos, é
1897 quando a responsabilidade única e exclusiva de todos os prováveis efeitos ambientais de um insucesso do plano
1898 da política, de um insucesso de gestão recaía criminalmente, administrativamente, como foi citado muito bem em
1899 dois ou três capítulos aqui, sobre o setor que está visto nesse fluxograma como responsável pelo pós-consumo.
1900 Nós não temos nenhuma preocupação de que não seja atribuída qualquer responsabilidade de participação por
1901 tudo que nós geramos ao fazer a nossa manufatura. O grande problema está em na responsabilidade do pós-
1902 consumo, que é um enfrentamento que apesar de estarmos bradando há muito tempo, ele nunca teve eco do outro
1903 lado, nós nunca sentamos para procurar, e quando achamos que tinha uma situação para tentar levar um plano
1904 adequado, que é conceito do resíduo, da geração de **fusos** determinados, que foi a coisa que mais avançou no
1905 projeto do Emerson Kapaz, simplesmente houve uma nova roupagem. Nós estamos falando agora em resíduos
1906 que antes eram especiais em resíduos que são retornáveis. E a responsabilidade... A lista deles continua lá. Então,
1907 a empresa... E eu faço aqui voto... E a opinião do meu setor é que a empresa quer sim aceitar a responsabilidade
1908 por isso, ela quer sim ver este Brasil melhor, quer sim ver o catador, mas não com ideologia, nós queremos com
1909 realidade, possibilidade de operacionalização e compartilhamento de responsabilidade ambiental. E eu não estou
1910 falando só de custos. O grande problema para mim não é eu ter que buscar embalagens da minha empresa que
1911 estiver disponível em algum lugar. O problema é quando o indivíduo não educado criar um problema ambiental
1912 com a embalagem que ele usou do produto que eu forneci para ele. E aí vem a responsabilidade que vai vir via
1913 Promotoria pública sobre aquele que é identificado no seu fluxograma como responsável. Então, o grande
1914 problema, gente, e eu quero, por favor, deixar esse fato aqui, fincar essa posição: o setor industrial está de fato
1915 interessado nesse assunto, ele quer ter uma proposta harmônica com o menor número de desencontros possíveis
1916 na hora da luta parlamentar, porque isso vai levar para mais dois, três ou quatro anos, e isso é ruim para todos
1917 nós, principalmente porque cada município, cada estado vai poder ter o seu modelo diferenciado e nós poderemos
1918 ter quantos modelos neste País, e isso não é interessante para ninguém, mas nós precisamos de fato encarar a
1919 grande diferença que existe entre as nossas posições, que é a responsabilidade civil e criminal sobre efeitos

1920 ambientais por resíduos que estão fora do controle do setor que não produziu o resíduo, que produziu um bem de
1921 consumo e que a embalagem que é o caso que afeta principalmente o meu segmento, a embalagem tem muito
1922 mais vantagem ambiental do que desvantagem pelo resíduo. Se falarmos em ciclo de vida, que é um dos itens que
1923 estão citados aí, a pergunta que há de se fazer é: onde é que está o grande prejuízo, está em eu ter um resíduo
1924 que me crie problemas, mas eu posso resolver esse problema ou está na falta de acessibilidade de alimento num
1925 País que se morre de fome? E digo mais: se olharmos Brasil contra qualquer país, ainda teremos que desenvolver
1926 muita embalagem neste País para poder fazer esse povo ter mais saúde e mais vontade de viver. Então, eu não
1927 quero aqui filosofar, não é essa minha intenção, mas é colocar um posicionamento em relação ao que eu já
1928 oportunidade de falar outras vezes e que eu vejo que nós falamos, falamos, nós tentamos sentar, sentar e
1929 voltamos sempre no ponto de cinco anos atrás. A grande diferença que existe entre os nossos setores não está na
1930 perfumaria, não está no manejo. Manejar resíduos, desculpem, nós sabemos muito bem. O grande problema está
1931 é no custo social e criminal pelo efeito quando isso não acontecer e está em eu ter que me associar a uma
1932 cooperativa de catadores, que está miseravelmente fadada a fazer o trabalho sujo hoje no País e não receber o
1933 valor agregado que ele comercializa, e por fim, tão desorganizado, que se eu tiver que atingir meta nesta Mesa,
1934 qualquer empresa, qualquer produtor que tiver meta legal e tiver que se apoiar nessa meta a uma organização
1935 que ainda não se instituiu, que não está organizada, que não está profissionalizada, ele não vai cumprir a meta
1936 dele, ele vai ser responsável pela meta não cumprida. Então, o que vai acontecer é que quem tiver que cumprir
1937 meta, ele não vai buscar organizações que não estejam estruturadas para aceitar esse desafio e cumprir metas.
1938 Eu quero terminar (...), mas eu quero deixar esta posição: o setor industrial se sente não colocado nessa
1939 discussão, e quando, por *highlights*, ele está presente, ele não vê as suas observações, o seu conhecimento, a sua
1940 experiência refletidos em nenhuma vírgula desse texto. E eu falo com sinceridade porque tive essa discussão com
1941 as pessoas que aqui estão apresentando e não vejo nenhuma mesma consideração. Então, eu entendo que o
1942 antagonismo ainda existe, e é qual? É levar para um setor que, pasmem, tem dinheiro para cumprir e se esquecem
1943 que a grande indústria brasileira não é feita de grandes empresas e companhias como Unilever, Nestlé e outras.
1944 Essa outra empresa que até está na informalidade, que está criando o grande problema e não está cuidando de
1945 nada é que vai ter que... Os passivos são delas. E como é que nós vamos cobrar delas se elas não vão ter cara,
1946 ou não têm estruturas jurídicas, não são conhecidas para serem cobradas. Então, eu deixo aí esta preocupação e
1947 encerro a minha preocupação.
1948

Bertoldo Silva Costa – ABES

1949 Antes de passar a palavra, Ailton, eu só gostaria de fazer duas considerações no que você colocou: primeiro, que
1950 você pediu a palavra agora. Você disse que há tempo está pedindo a palavra e pena que o Deputado saiu. Então,
1951 eu gostaria de dizer que você pediu a palavra e eu lhe dei a palavra. Então, deixar isso claro porque dá a
1952 impressão que eu te neguei a palavra até agora. E o outro aspecto talvez... Eu até entendo a sua angústia e a
1953 angústia do setor que possa não ter trabalhado no desenvolvimento inteiramente da proposta como gostariam de
1954 ter trabalhado, mas houve uma participação, em diversos momentos, de propostas, de encaminhamento de
1955 propostas. Talvez os anseios não foram todos contemplados, aí eu concordo com você, mas que ele está à
1956 margem de todo o processo também... À margem de todo o processo é uma coisa que... Que ficou totalmente fora
1957 do processo, eu acho que não é... Tanto é que o processo deu início no ano passado - o nosso - e o Maurício, da
1958 CNI, estava à Mesa, fez uma série de proposições e foram contempladas. Talvez, eu concordo com você, que boa
1959 parte dos anseios não tenha sido contemplada. Então, só eu gostaria de deixar... Eu não quero criar polêmica,
1960 também não o meu objetivo, mas lembrar que como esse processo... Eu também acompanhei e venho
1961 acompanhando há um bom tempo, ele teve seus momentos definidos. Talvez a equipe que trabalhou não
1962 contemplou todos os anseios. E como o Deputado Zica falou, isso não esgota aqui, ele dá início, podemos
1963 recuperar na frente, mas eu só gostaria de deixar porque como é um processo que nesse momento, do ano
1964 passado para cá, ele tramitou aqui dentro de Câmara e nós criamos uma parte de sistematização fora, pode ter
1965 ocorrido algum não contemplamento, não só teu como de outros segmentos, até uma proposta minha, da ABES,
1966 também não foi contemplada, e eu também não reclamei; nós tínhamos a idéia de criar um outro elo; não é o
1967 mérito de eu entrar na discussão, mas eu gostaria de resgatar isso para que pudéssemos talvez consertar na
1968 frente, mas entendo o anseio. Gostaria de passar a palavra para o Conselheiro Walmir.
1969
1970

Walmir do Carmo – GRAMA

1971 Meu nome é Walmir. Eu represento as ONGs do Nordeste. Eu tenho saudade de tempos outrora quando íamos à
1972 padaria com um saquinho de pano e trazíamos o pão no saquinho de pano; quando íamos a qualquer mercadinho
1973 e comprávamos as coisas e trazíamos num saquinho de papel. É muito interessante a criação de leis, mas eu me
1974 preocupo em como fazer os gestores públicos municipais e estaduais cumprirem a lei. Eu residio no Estado da
1975 Bahia. São 417 municípios lá. Nós temos cinco aterros sanitários e estão virando lixão. O órgão que gera o aterro
1976 sanitário se chama Conder. E nós andando pela BR 101 ou outras estradas, nós vemos o cenário que nos
1977 apresenta. Os rios quando enchem hoje, seja em São Paulo, em Belo Horizonte, na Bahia, nós vemos o cenário de
1978 plásticos e PETs, e quem responsabilizar isso? O consumidor? Mas o consumidor já pagou no mercado, quando
1979
1980
1981

1982 comprou na mão de quem produziu. Então, eu acho... Claro, esta é a minha visão. Eu posso falar? Eu estou
1983 colocando a minha visão. Eu gostaria que respeitassem, porque eu respeitei a de todo mundo até agora e não
1984 interfeiri na voz de ninguém. Se eu não estiver correto... Eu não sou desta Câmara. Eu sou da Câmara Técnica de
1985 Mineração. Eu estou vindo aqui como observador e gosto de participar das discussões. Mas o consumidor também
1986 não está educado para direcionar o seu lixo. Nas grandes ou médias cidades, normalmente eles não dispõem de
1987 coletores nas vias públicas. Às vezes, você compra um produto anda quilômetros, metros e não encontra um
1988 coletor. E nós vemos também pessoas formadas, universitários, doutores, médicos, que jogam papel de bala na
1989 rua, tambores de cigarros, joga o cuco quando usa, pela porta do carro, fora, porque não tem realmente educação
1990 ambiental para conviver com esse cenário. Então, o difícil que eu acho nisso é como fazer cumprir porque lei nós
1991 temos demais. Agora, qual é a punição para aquele gestor que não cuida bem dos seus resíduos? Se vocês forem
1992 à Bahia hoje, vocês vêem lá... Inclusive, uma técnica do Derba, recentemente lá no CEPRAM - que eu faço parte
1993 do Conselho Estadual de Meio Ambiente - uma técnica do Derba pediu para o Estado que fizesse educação
1994 ambiental com os prefeitos porque estão jogando lixo na BRs, na entradas e saídas das cidades e nas beiras de
1995 rios e está tendo acidentes por acúmulo de urubus. E a quem responsabilizar esse acúmulo de lixo nas cidades.
1996 Outra coisa que eu acho: aterro sanitário é uma coisa ultrapassada. Eu acho que nós temos que repensar numa
1997 fórmula de fazer educação ambiental e ver a questão da reciclagem porque da forma como nós vemos, você cria
1998 aterro sanitário em tudo quanto é lugar, e não tem capacidade de gerenciamento, acaba virando lixão a céu aberto,
1999 trazendo problemas para as populações, para os mananciais. Esta é minha colocação: eu acho que tem que
2000 responsabilizar sim os produtores para que eles tenham mais responsabilidade com seus produtos, quando eles
2001 jogam no mercado produtos e embalagens difíceis de serem digeridos pelo meio ambiente para que eles tenham
2002 uma responsabilidade de retornar esses produtos para as suas empresas, eu não sei de que forma. Outra coisa:
2003 nós vemos também as embalagens de agrotóxicos que utilizam na agricultura e essas embalagens são jogadas
2004 em todos os lugares. Lá na região da Bahia, onde eu moro, no Sul da Bahia, tem uma central de recolhimento,
2005 mas não consegue realmente atingir a todos os agricultores que usam esses insumos na agricultura. Então, culpar
2006 só o consumidor, eu acho complicado. Eu acho que tem que ter essa culpa dupla: de quem produz e de quem
2007 consome. Agora, eu acho que o ponto crucial disso é a educação ambiental para que todos falem a mesma
2008 linguagem.

Marco Antônio Borzino - MMA

2009
2010
2011
2012 Eu gostaria de fazer alguns comentários em função do que o Walmir colocou e do que o Ailton também colocou. A
2013 questão dos agrotóxicos, eu não vou nem entrar nessa seara porque existe uma lei federal específica para isso.
2014 Com relação ao município, com relação à gestão municipal, isso tanto do que falou como do que o Ailton colocou,
2015 é de peculiar interesse do município a prestação de serviços de limpeza urbana, ou seja, o município é competente
2016 para a gestão, o gerenciamento e o manejo de seus resíduos. Então, não cabe a uma lei federal dizer o que o
2017 município tem que fazer, como também não cabe a uma lei dizer o que o empresário vai fazer. Essa lei propõe
2018 diretrizes. Então, dessa forma, não podemos obrigar que as prefeituras, que os prestadores de serviços contratem
2019 as organizações de catadores, as cooperativas de catadores. Não há como fazer isso. Certamente, o que o Walmir
2020 colocou tem fundamento. E o que o Governo Federal busca é a capacitação dos gestores públicos. Para isso, nós
2021 começamos ontem junto com o Ministério das Cidades, com a FUNASA e com a Caixa, um seminário de resíduos
2022 sólidos; começamos ontem e está hoje; na quinta e sexta será realizada no Rio depois serão realizados mais nove
2023 seminários como forma de capacitação, é o início da capacitação, mostrar o que o Governo Federal tem e mostrar
2024 o que pode ser feito. E depois disso, talvez uma segunda rodada, com capacitações mais direcionadas. E a
2025 preocupação do Governo Federal, em termos de atuação, não é só apenas em conceder o recurso para a
2026 implantação de um aterro ou de uma unidade de tratamento não, mas também é a partir desse Governo, a
2027 capacitação para que esse recurso não se perca. Uma outra preocupação que o Ailton colocou: a CNI teve
2028 participação expressiva no seminário do CONAMA do ano passado. Das cinco palestras, uma foi da CNI, outra do
2029 Ministério das Cidades, outra do Ministério do Meio Ambiente, uma da ABEMA e uma da ANAMMA. Então, o
2030 Maurício Mendonça fez uma palestra... Ou seja, uma das maiores contribuições no seminário foi realmente da CNI
2031 junto com a ANAMMA, ABEMA, Ministério das Cidades e Ministério do Meio Ambiente. E fora isso, participaram
2032 muitos representantes de todos os setores da indústria, mas muitos mesmo, que participaram dos Grupos de
2033 Trabalho. E esses Grupos de Trabalho deram contribuições. Essa contribuição está no *site*, inclusive, do
2034 CONAMA, ou seja, todas as contribuições do seminário; tem as contribuições de todos os Grupos de Trabalho.
2035 Esse trabalho é um trabalho de sistematização. E como eu lhe falei, certamente que não vamos pegar... O órgão
2036 ambiental vai pegar uma embalagem de Chokito, que ficou em algum lugar. Isso é resíduo urbano. Não é a Nestlé
2037 que vai ser punida por causa disso. Agora, se por acaso descobrirmos um contêiner com duas toneladas de
2038 embalagens de Chokito, alguma coisa estará errada. Então, tem que se correr atrás. Concorda? Ou seja, não
2039 podemos nos perder nos pequenos resíduos que são resíduos urbanos, não é porque uma embalagem qualquer
2040 vai estar no meio da rua, que a empresa será punida. É claro que todo esse processo, como vemos, são prazos
2041 que são dados, são diretrizes que são lançadas para que haja uma capacitação também, não só apenas dos entes
2042 públicos e das empresas, mas que haja também uma forma de quê? Essa proposta de Projeto de Lei é uma
2043 proposta de mudança de padrão de consumo, é uma mudança de cultura, é postura diante do resíduo, diante do

2044 rejeito. Nós queremos que cada um seja responsável, nós estamos colocando que cada um seja responsável para
2045 que antes de gerar pense em como gerar menos. Gerando, vamos ver como podemos gerar com menos risco à
2046 saúde e ao meio ambiente, com menos desperdício de energia e de matérias-primas. Vamos ver como é que
2047 podemos aproveitar esses resíduos, os resíduos gerados, vamos ver como podemos reciclar. São diretrizes. Eu já
2048 participo desse processo de discussão de políticas de resíduos desde 1998. Participei desde 1989, da proposta de
2049 política de saneamento e vejo e afirmo com bastante segurança que não é u uma proposta de manietar, não é uma
2050 proposta de prejudicar um ou outro setor não, é buscar que todos os setores trabalhem conjuntamente, buscar que
2051 a sociedade, o setor produtivo, a sociedade civil e o Governo possam trabalhar como mostramos naquele elo:
2052 trabalhar todo mundo em parceria para termos um ambiente melhor. E isso é uma tentativa, ou seja, são
2053 mecanismos que nós estamos colocando, são diretrizes que nós estamos colocando. Tem as competências, tem
2054 as diretrizes e terá também diretrizes o Governo Federal para apoiar isto: a questão dos financiamentos, a questão
2055 dos benefícios, a questão do IPI. Quem trabalha com produtos de resíduos recicláveis sabe que é uma dificuldade
2056 isso. O plástico – eu não sei se tem alguém do setor de plástico aqui - de vez em quando a alíquota está lá em
2057 cima e de vez em quando baixa; às vezes, está em 15, às vezes, 7, vai para zero; aí depende se lança uma nova
2058 TIPI a alíquota de plástico sobe novamente. Então, o que queremos buscar é uma coerência, por parte do
2059 Governo, para a promoção da Política de Resíduos Sólidos e a melhoria da qualidade ambiental e da saúde possa
2060 trabalhada por todos os setores.

2061
2062 **Zuleica Nycz – APROMAC**

2063
2064 Eu queria só puxar uma parte do que o Walmir falou da Bahia para lembrar que... Eu não estou achando aqui, eu
2065 procurei, eu já tinha lido alguma coisa bem explícita a respeito da separação do lixo doméstico dentro de casa. Em
2066 Curitiba, de onde eu venho, nós temos uma experiência antiga e que se consolidou: é muito comum as casas
2067 terem dois lixeiros, duas latas de lixo, uma para o lixo que é lixo e outra para o lixo que não é lixo - que chamamos
2068 de lixo que não é lixo. E não sei em que base que essas campanhas se consolidaram em termos de classe social,
2069 mas na classe média isso é bastante comum porque o caminhão passa realmente três vezes por semana para
2070 recolher o lixo que não é lixo. E dentro desse lixo que não é lixo, às vezes, vai também algum lixo perigoso, que é
2071 o resíduo perigoso: pilhas, baterias, latas de tinta com solventes. Tudo isso tem também um tratamento especial
2072 na cidade. Tem um local específico, dois ou três locais aos quais o cidadão pode levar o lixo perigoso, produzido
2073 como resultado do consumo desses materiais perigosos. Eu procurei aqui e estou vendo que está muito genérico,
2074 não existe... No começo aqui, onde fala nas definições e daí vem os princípios: “Prevenção da geração, a não
2075 geração, a redução da geração, a reutilização dos resíduos”, mas em nenhum momento... Eu acho que a
2076 separação é alguma coisa... Eu não sei se deveria estar aqui, mas eu também não achei em outros lugares. Sim,
2077 são políticas, mas porque não citar... Porque quando ele falou no poder municipal, na responsabilidade dos
2078 poderes públicos, essas campanhas tinham que estar bem... Dizer isso de maneira detalhada, não é fugir do
2079 genérico, não necessariamente. Campanhas de separação. Isso daria mais dignidade ao catador, que vem vez de
2080 ir ao lixão, que só tem lixão praticamente no País, em vez ir lá... Por exemplo, em Curitiba, ele passa nas lixeiras
2081 das casas e já pega o lixo limpinho, embalado e coloca na carrocinha dele. Não estou vendo isso contemplado
2082 aqui.

2083
2084 **Sílvia M. Astolpho – SQA/MMA**

2085
2086 Aí não vai estar escrito que nós temos que fazer a coleta seletiva, que coleta seletiva é importante, por quê?
2087 Porque isso é uma política, é um outro processo, é uma diretriz para que você desenvolva o seu plano de
2088 gerenciamento e o seu plano de manejo. Então, são as regras para que nós possamos trabalhar melhor com os
2089 resíduos. No art. 52... O meu documento está em outra ordem aqui. Mas existe um artigo que diz que “o Governo
2090 Federal, os estados, Distrito Federal e municípios adotarão instrumentos e incentivos financeiros para quem adotar
2091 coleta seletiva, coleta multi-seletiva”. É uma especificidade. Não se pode ditar uma regra numa política se no Sul
2092 se faz de uma maneira, no Norte se faz de outra maneira e na Bahia se faz de outra maneira. Então, deixa para
2093 ser discorrido no Plano de Gerenciamento ou no Plano de Manejo, como for essa sua especificidade. Então, está
2094 se respeitando as características locais, desde que se siga a diretriz maior, que é a política. Que política nós temos
2095 para os resíduos sólidos, o que se quer? Então, de acordo com nossa política, com o nosso plano de gestão é que
2096 nós vamos desenvolver o nosso gerenciamento. Eu como empresa, eu posso trabalhar a minha empresa de
2097 maneira se adeqüe mais a mim. Eu posso trabalhar o meu manejo, que são as operacionalizações do jeito que eu
2098 estou trabalhando, eu não preciso modificar, mas desde que eu siga as principais, que você acabou de ler: “A não
2099 geração, a prevenção”, os princípios, os nossos princípios. Estando dentro dos princípios, eu consigo estar
2100 consonante com a minha política. Então, é uma versão diferente: se antes nós pensávamos que uma política vai
2101 discorrer o passo a passo do que eu tenho que fazer, não é o passo a passo do que eu tenho que fazer; o passo a
2102 passo, eu busco nas academias, busco na prática. As diretrizes maiores quais são? É a não geração. Para eu não
2103 gerar, existe muita coisa para eu fazer. Para eu ir buscar, para eu ter o sistema implementado de logística reversa,
2104 existe muita coisa para eu fazer. Para não dar confusão, a Política Nacional traça as diretrizes: quais são os meus
2105 limites, como é que tenho que trabalhar e como é eu tenho que buscar resolver o meu problema. Então, você não

2106 vai encontrar como é que eu tenho que implementar uma coleta seletiva. O Sul pode separar em duas vias: úmido,
2107 orgânico e inorgânico. A Bahia pode querer separar em quatro ou três vias, implantar a multi-seletiva, e não é uma
2108 política nacional.

2109
2110 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

2111
2112 **Sílvia M. Astolpho – SQA/MMA**

2113
2114 Não vai estar escrito porque para eu ter a reciclagem de resíduos, eu preciso preceder de alguma coisa especial.
2115 Para eu ter um tratamento de resíduos, eu também tenho que ter alguma coisa especial antecedendo tudo isso. E
2116 a regra quem vai dar é você. Se você quiser adotar a compostagem, se você quiser adotar outro tratamento, a
2117 coletiva seletiva, a multi-seletiva desde que se recicle, se trate e se cuide.

2118
2119 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

2120
2121 **Sílvia M. Astolpho – SQA/MMA**

2122
2123 Então, ela é mais aberta, é diferente do que estamos acostumados a ver. É a alteração principal aqui. É uma das
2124 nossas diretrizes: alteração dos padrões de postura, de costume e de consumo. Então, nós vamos ter que alterar
2125 mesmo.

2126
2127 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

2128
2129 **Sílvia M. Astolpho – SQA/MMA**

2130
2131 Nós temos as academias e as parcerias com as universidades. A política, ela incentiva. Então, a universidade sabe
2132 o que certo, não a política.

2133
2134 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

2135
2136 **Não Identificado**

2137
2138 Zuleica, eu vou pedir a sua compreensão para não polarizarmos e não ficarmos num debate polarizado. Eu vejo
2139 que as observações vão ser feitas antes do processo e onde tiver e puder... Sempre lembrando que o Governo
2140 Federal tem a sua competência limitada e que ele não pode entrar na competência onde estados e municípios
2141 constitucionalmente têm o direito de regulamentar. Então, esse é o cuidado. Só temos que ter o cuidado do linear
2142 porque o linear é sedutor, e acabamos, às vezes, sem querer entrando em determinadas coisas, mas nós temos
2143 que aperfeiçoar e se couber, dependendo do processo vai-se chegar lá. O companheiro que pediu a palavra, ele
2144 desistiu? Então, vamos lá.

2145
2146 **Walmir do Carmo – GRAMA**

2147
2148 Em Salvador, quando se implantou a coleta seletiva, escolheram um bairro nobre chamado Itaigara. As madames
2149 resistiram em separar o lixo para ir para a coleta. Teve que multar, quando o lixo chegava misturado, para que a
2150 coisa funcionasse. Mas aqui no art. 6º do inciso III, eu não vejo a palavra “educação” aparecer. Eu acho que
2151 educação tem que permear todas as atividades. Eu estou vendo aqui: “A integração das ações de Governo nas
2152 áreas de meio ambiente, ciência e tecnologia, saneamento básicos, recursos hídricos, saúde pública,
2153 desenvolvimento urbano e inclusão social”. E eu acho que educação aí entraria como sugestão.

2154
2155 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

2156
2157 Eu vou passar a palavra ao nosso diretor Nilo para nós começarmos a concluir os trabalhos. Eu acho que o
2158 assunto...

2159
2160 **Walmir do Carmo – GRAMA**

2161 Eu não tive nenhuma confirmação sobre a palavra “educação” na inclusão do inciso III do art. 6º.

2162
2163 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

2164
2165 Borzino, por favor, você consegue esclarecer? Eu sei que tem educação ambiental como instrumento, agora não
2166 sei qual é o artigo.

2167

2168 **Sílvia M. Astolpho – SQA/MMA**

2169

2170 Tem sim, mas eu estou com um documento – eu peço até desculpas - com a numeração invertida. Então, se eu te
2171 der o número, eu tenho que procurar nele.

2172

2173 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

2174

2175 Tem como instrumento “educação ambiental”, agora eu não sei qual é o artigo de cabeça, mas eu sei que tem.

2176

2177 **Sílvia M. Astolpho – SQA/MMA**

2178

2179

2180 O meu 49 fala de preço público. Mas, para a educação ambiental o que foi trabalhado? Estão diferentes. Mas o
2181 que foi trabalhado? Teve-se um cuidado especial de se trabalhar dentro do PL com a educação ambiental porque
2182 parte-se do princípio que sem ela não se chega a lugar nenhum. Então, o cuidado especial é em trabalhar com a
2183 educação especial dentro do gerenciamento e dentro do manejo de resíduos, bem como, muitas vezes, nos planos
2184 de gestão. Então, no Plano de Gestão deu-se pinceladas na educação ambiental, nos outros se pegou um pouco
2185 mais firme. Eu vou achar os artigos mesmo e te repasso.

2186

2187 **Não Identificado**

2188

2189 O art. 5º fala: “A Política Nacional de Resíduos Sólidos será desenvolvida em consonância com as políticas
2190 nacionais de meio ambiente, de educação ambiental, de recursos hídricos e saneamento”, ou seja... É o Título II,
2191 Da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

2192

2193 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

2194

2195 O art. 9º também tem?

2196

2197 **Não Identificado**

2198

2199 Com certeza. Pode confiar que tem.

2200

2201 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

2202

2203 No art. 9º, inciso IX diz: “A educação - os instrumentos - ambiental e a capacitação de forma consciente e
2204 continuada”. Tem aqui também. Eu sei que tem três pontos da lei que dá conta da educação ambiental, mas se
2205 você achar que precisa dar uma contribuição, manda aqui para poder ser encaminhado. Eu gostaria de passar a
2206 palavra ao nosso diretor, Doutor Nilo, para fechar os trabalhos do dia de hoje.

2207

2208 **Nilo Sergio de Melo Diniz - Diretor do CONAMA**

2209

2210 Bem rapidamente porque eu acho que já avançamos bastante aqui no horário. Eu acho que aproveitamos bastante
2211 a apresentação que fizeram os técnicos da SQA, sob a coordenação do Borzino e do Diretor Rudolf de Noronha.
2212 Eu quero apenas esclarecer - aquele senhor já saiu também; agora eu que vou dizer que queria falar com a
2213 presença dele, mas tudo bem, não tem problema, depois o Alexandre passa para ele – que tem uma diferença
2214 interessante nos processos de construção de Resolução do CONAMA e nos processos de construção de leis, no
2215 Congresso Nacional. O Deputado Luciano Zica observou aqui que embora o relator do texto anterior mencionasse
2216 sempre as emendas dele, não passava de algumas vírgulas, pontos e poucos acentos, porque na essência estava
2217 sendo, na verdade, aprovado um projeto que veio do Executivo. No Congresso é muito comum que uma lei saia
2218 com o nome: Lei Sarney, Lei Ruanê, Lei do Deputado, Lei do Senador que encaminhou aquele processo, mas é
2219 uma construção absolutamente coletiva. No CONAMA é interessante, e em outros Conselhos, porque as
2220 resoluções que são feitas é muito difícil atribuir um nome a essa resolução, nome de algum diretor do Ministério ou
2221 de algum gerente do IBAMA ou mesmo de algum presidente de Câmara Técnica, é muito difícil. Não tem a
2222 Resolução da APROMAC, não tem. Mesmo no caso do Rerrefino, a APROMAC fez uma contribuição valorosa
2223 para a resolução; foi aprovada, teve um destaque muito bom e está no âmbito também da área da política de
2224 resíduos e mesmo assim não sai, por que não sai? Porque é uma construção coletiva mesmo, quer dizer, então,
2225 as contribuições que a SQA, com toda a competência técnica, consolidou e sistematizou nessa proposta que vai à
2226 Casa Civil e vai ao Congresso Nacional realmente ela consolidou - isso pode ser acompanhado pelo site -
2227 contribuição de todos os segmentos que participaram do seminário de agosto do ano passado, que o CONAMA
2228 organizou. Isso, o Borzino já esclareceu, inclusive, nominando mesa por mesa os segmentos que trouxeram, e
2229 essas contribuições depois, por grupos de trabalhos, foram detalhadas e discutidas e isso foi incorporado. Talvez

2230 nenhum segmento consiga olhar esse texto e falar: “Essa parte aqui foi toda nós que fizemos”. Eu acho que vai
2231 ser difícil alguém olhar e dizer: “Essa parte foi toda contribuição da ANAMMA”. Não deve ser fácil encontrar, por
2232 quê? Porque é justamente uma construção que recebe uma emenda de um setor para um dispositivo e recebe de
2233 outro e na sistematização tem que se fazer uma abstração para incorporar o espírito da idéia que os dois
2234 segmentos tinham quando fizeram a proposta. Eu estou explicando isso porque não é só nesse caso, quer dizer,
2235 em outras resoluções, em outros documentos do CONAMA somos comum nós não conseguirmos reconhecer, às
2236 vezes, uma contribuição do nosso segmento ali, mas com certeza ele está já consolidado com o interesse também
2237 de outros segmentos. O Rerrefino foi um exemplo típico disso, que nós fomos discutindo, trabalhando nesta
2238 mesma Câmara Técnica e o resultado hoje está sendo relativamente satisfatório para os diferentes setores, alguns
2239 reclamam que não conseguiu tanto quanto queria, mas, às vezes, filosofia do que queria ficou ali, só que não ficou
2240 plenamente, atendeu outros segmentos. Então, eu estou colocando isso porque historicamente tem muita
2241 importância o resultado que nós chegamos aqui. Nós poderíamos simplesmente não ter feito o seminário do
2242 CONAMA, ter pegado toda aquela herança dos anos 90, que veio, inclusive, com o trabalho que foi feito na
2243 Câmara dos Deputados, reunia a equipe da SQA, sentava, fazia isso talvez em duas ou três semanas, resolvia
2244 mais ou menos o problema e levava, mas é muito importante que tenhamos feito isso a partir daquele seminário do
2245 CONAMA e amanhã quando chegar à Casa Civil, entre na Casa Civil depois também de ter sido apresentado aqui
2246 pela Câmara Técnica a todos os senhores que representam praticamente todos os setores que estão no
2247 CONAMA. Isso é muito importante, por quê? Porque reforça a idéia de um produto social, quer dizer, essa
2248 proposta que está aqui não é uma proposta tecnocrática, não é uma proposta do presidente da Câmara Técnica, é
2249 uma proposta resulta de uma concertação dos diferentes setores. Agora, veja bem, não acabou, nós não
2250 acabamos. O Deputado deixou claro aqui que o ritual continua agora, inclusive mais cheio de riquezas, de
2251 intervenções porque agora vai para o Congresso Nacional, e lá nós realmente, tanto como Governo Federal,
2252 Ministério do Meio Ambiente quanto como segmentos que estão representados no CONAMA, precisamos dar
2253 continuidade a essa discussão dentro do Congresso. Não dá para entregarmos isso lá e achar que agora está
2254 tranqüilo no Congresso Nacional, não, de forma alguma. Lá é que vai ser feita realmente a discussão de mérito, e
2255 é aquilo que disse o Deputado, o que entra nunca é igual ao sai. Agora, se vai sair melhor do que está, vamos
2256 dizer, recebendo, aglutinando ou consolidando melhor as propostas de um outro segmento, vai depender da
2257 participação dos segmentos nesse processo lá. Então, eu acho que é importante reforçar isso porque enquanto
2258 Governo Federal, eu sei que nós vamos estar trabalhando na Casa Civil e no Congresso para poder garantir
2259 esses princípios que estão colocados aqui, que vieram do seminário realizado pelo CONAMA, mas todos
2260 segmentos precisam dar continuidade a esse trabalho junto às Bancadas, como disse o Deputado Luciano Zica. E
2261 eu quero parabenizar aqui a Câmara Técnica de Saúde, Saneamento e Gestão de Resíduos por mais este
2262 trabalho. É uma Câmara que tem se destacado muito, produzido bastante, com o empenho de todos os
2263 Conselheiros. Eu não vou falar só do presidente, que ele já foi reeleito agora. A própria reeleição já é um sinal de
2264 que a gestão dele tem sido boa, senão os Conselheiros não teriam reeleito ele. Mas eu acho que o trabalho de
2265 todos os Conselheiros... Está aqui o Sérgio, do Ministério das Cidades; a Zuleica, da APROMAC; agora já não tem
2266 mais Conselheiro aqui... O Alexandre, da CNI e todos os representantes da CNI, que têm contribuído, têm sido
2267 muito importantes nesta Câmara Técnica. E eu espero que com essa apresentação aqui nós tenhamos cumprido
2268 um rito importante, que era devolver aos representantes do CONAMA o trabalho que foi feito com muita qualidade
2269 técnica, pela equipe da SQA. Nós agradecemos ao Rudolf, ao Borzino, à Sílvia e à Maria Sílvia e ao Vitor, que
2270 não está presente aqui. Vamos explicar, o Vitor queria muito estar aqui, mas ele está numa viagem fora e aí não
2271 pôde estar presente, mas deixou aqui o Rudolf para estar representando a SQA. E nós vamos levar esse
2272 documento também, além de à Casa Civil, à Ministra que, como já foi dito, vai dar entrada, quando for o caso, ao
2273 Congresso Nacional, e aí nós vamos seguir o trabalho todo lá dentro. Muito obrigado pelo apoio e a participação
2274 de todos.

2275
2276 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

2277
2278 Eu só gostaria de finalizar... Mas também da mesma forma que o Nilo falou, eu gostaria de reforçar a equipe da
2279 SQA, pelo trabalho que eles fizeram. Sem o esforço e coordenação do Secretario e do Rudolf e de toda a equipe
2280 técnica, Borzino, Sílvia e Maria
2281 Sílvia, realmente nós não teríamos conseguido chegar ao dia de hoje com esses resultados. Eu acho que com o
2282 compromisso cumprido, eu gostaria de novamente agradecer a vocês por todo o empenho técnico e o trabalho que
2283 foi realizado. Então, eu quero agradecer todos por este momento em estarmos aqui e vamos juntos tentar buscar
2284 melhorar a proposta de lei. Obrigado.